

2012
agosto

Síntese da Execução Orçamental

Ministério das Finanças

Direção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental
Publicação mensal
Elaborado com Informação disponível até 23 de agosto

Direção-Geral do Orçamento
Telefone: 21 884 63 00
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	3
SÍNTESE GLOBAL	3
SUBSETOR ESTADO.....	6
SÍNTESE	6
RECEITA	7
DESPESA	11
SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÔNOMOS.....	14
SÍNTESE	14
RECEITA	16
DESPESA	17
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)	18
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	19
SÍNTESE	19
RECEITA	20
DESPESA	20
SEGURANÇA SOCIAL	21
SÍNTESE	21
RECEITA	23
DESPESA	23
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	24
SÍNTESE	24
RECEITA	25
DESPESA	26
ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....	27
SÍNTESE	27
RECEITA	28
DESPESA	28

SÍNTESE GLOBAL

- **O saldo da Administração Central e da Segurança Social** relevante para efeitos do Programa de Ajustamento Económico e financeiro (PAEF) situou-se em -5 622,2 milhões de euros, no final do mês de julho. Este saldo difere dos valores apurados na ótica da contabilidade pública devido à receita dos fundos de pensões de (- 2 783,9 milhões de euros), aos pagamentos de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde (473,9 milhões de euros) e a outros ajustamentos no montante de - 20,5 milhões de euros.
- Nos primeiros sete meses do ano foram aplicadas as suspensões do subsídio de férias dos funcionários públicos e dos pensionistas, nos termos definidos na Lei do Orçamento do Estado para 2012.
- A despesa efetiva da Administração Central e da Segurança Social apresentou, no período em referência, um grau de execução de 54,1%, e uma taxa de variação homóloga de -1,7%. Refira-se que o pagamento de dívidas em atraso do Serviço Nacional de Saúde contribuiu com cerca de 1,2 pontos percentuais (p.p.) para aquela taxa de variação. De facto, expurgando o montante de 474 milhões de euros de pagamentos em atraso pela ACSS, a taxa de variação das despesas de bens e serviços e de outras despesas correntes situar-se-ia em 4,1% (face à taxa observada de + 4,2%).

As despesas com pessoal apresentam uma redução de 16% (-16,8% no I semestre), refletindo a suspensão dos subsídios de férias e a redução do número de funcionários. Refira-se que no mês de julho a variação homóloga foi de -10,7%.

As transferências correntes apresentam um aumento de 2,2% nos primeiros sete meses do ano, que compara com um aumento de 4,9% no final do primeiro semestre. A desaceleração de 2,7 p.p. desta rubrica no mês de julho reflete a redução de 8,3% destas despesas em julho, decorrente da suspensão do pagamento dos subsídios de férias aos pensionistas.

A despesa com juros e outros encargos da dívida apresenta um acréscimo de 17,3% (20,2% no final do I semestre), o que representa um acréscimo inferior ao considerado no Orçamento rectificativo.

- A receita corrente apresenta um grau de execução de 53%, mais 8 p.p. do que o verificado no final do I semestre. A receita fiscal apresenta uma variação negativa de 3,4%, enquanto as contribuições sociais decresceram 5,6% (mais acentuadamente na CGA).

As receitas dos impostos diretos (IRS) e das contribuições sociais apresentam neste mês um decréscimo superior ao verificado em meses anteriores. Esta evolução terá sido determinada, designadamente, pela suspensão do pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos. Esta evolução foi compensada, em parte, pelo aumento da receita líquida do IVA no mês de julho.

A trajetória da receita total está afectada pelo recebimento da segunda parte dos fundos de pensões da banca no final do I semestre.

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Universe comparável	Universe comparável (sem EPR)				Universe real (com EPR)	
	jan - julho 2011	julho 2012			jan - julho 2012	jan - julho 2012	
	Execução acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de execução mensal (%)	Execução acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Execução acumulada
							Grau de execução acumulado (%)
Receita corrente	33.539,5	4.930,3	-5,7	8,0	32.856,7	-2,0	34.017,8
Impostos diretos	7.399,3	1.440,3	-8,9	10,0	7.284,7	-1,5	7.284,7
Impostos indiretos	11.691,1	1.384,3	-1,0	6,3	11.162,1	-4,5	11.555,5
Contribuições de Segurança Social	10.386,2	1.514,0	-15,8	8,6	9.802,6	-5,6	9.802,6
Outras receitas correntes	4.062,8	591,8	31,7	7,6	4.607,3	13,4	5.375,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	36,7	5,8	-70,3	6,8	37,4	1,8	35,7
Receita de capital	1.194,2	310,7	453,9	6,3	3.682,4	208,3	3.720,0
Venda de Bens de Investimento	26,0	0,4	-32,3	0,3	1,8	-93,1	4,8
Transferências de capital	942,2	37,1	4,0	0,9	3.235,4	243,4	3.268,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	5,7	0,1	-88,3	0,4	5,7	-0,4	5,7
Outras receitas de capital	226,1	273,2	1.275,5	58,9	445,2	96,9	446,5
Receita efetiva	34.733,8	5.241,0	-0,8	7,8	36.539,1	5,2	37.737,8
Despesa corrente	37.598,0	6.465,9	1,1	9,5	37.510,6	-0,2	38.659,0
Consumo público	13.412,2	2.197,2	20,5	9,1	12.426,5	-7,3	13.376,7
Despesas com o pessoal	7.656,4	915,0	-10,7	7,8	6.431,1	-16,0	6.824,8
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	5.755,8	1.282,3	60,5	10,2	5.995,4	4,2	6.551,8
Subsídios	822,5	154,6	71,0	10,0	699,7	-14,9	715,1
Juros e outros encargos	3.376,2	345,3	-6,3	4,7	3.960,7	17,3	4.335,3
Transferências correntes	19.987,1	3.768,7	-8,3	10,7	20.423,8	2,2	20.231,9
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.193,6	296,8	60,9	12,0	1.354,4	13,5	1.149,1
Despesa de capital	2.409,4	324,8	7,3	8,7	1.815,3	-24,7	2.370,5
Investimento	297,5	64,0	115,2	6,6	257,9	-13,3	1.170,2
Transferências de capital	2.081,1	253,6	-7,3	9,3	1.543,6	-25,8	1.181,6
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	911,1	185,0	-10,2	10,4	1.188,6	30,5	826,2
Outras despesas de capital	30,8	7,2	-2.335,8	24,9	13,8	-55,1	18,6
Despesa efetiva	40.007,4	6.790,7	1,4	9,4	39.325,9	-1,7	41.029,5
Saldo global	-5.273,6	-1.549,6			-2.786,9		-3.291,7
<i>Por memória:</i>							
Saldo primário	-1.897,4	-1.204,4			1.173,8		1.043,6
Ajustamentos PAEF							
Garantias, empréstimos e ativos		0,0			-20,5		-20,5
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas		239,3			473,9		473,9
Fundos de pensões		0,0			-2.783,9		-2.783,9
Saldo global (critério de desempenho PAEF)		-1.310,3			-5.117,3		-5.622,2

Fonte: Ministério das Finanças

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclasseificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

- O valor provisório do défice do **subsector Estado** até julho de 2012 situou-se em 3.979,9 milhões de euros, que compara favoravelmente com o resultado do ano precedente. A receita efetiva cresceu 11,4%, refletindo, em grande parte, a já referida contabilização da parte remanescente dos ativos dos fundos de pensões das IC. A despesa efetiva e a despesa primária registaram decréscimo em termos homólogos (-0,7% e -3,2%, respetivamente).
- O **subsector dos Serviços e Fundos Autónomos** registou um excedente de 548,5 milhões de euros, o que traduz uma melhoria em termos homólogos, decorrente sobretudo da transferência para o SNS da primeira *tranche* de 750 milhões de euros, do total do reforço previsto no Orçamento Retificativo (1 500 milhões de euros). Verifica-se ainda uma redução significativa na despesa (-3,8%) resultante da redução das despesas com o pessoal e de transferências de correntes e de capital, no âmbito dos encargos com pensões e de operações de cessão de créditos realizada em 2011 pela CGA. O saldo global

das EPR ascendeu a -504,8 milhões euros, sendo principalmente justificado pela despesa de investimento.

- O saldo global da **execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde** situou-se em 507,7 milhões de euros, influenciado por parte da transferência (750 milhões de euros) respeitante ao previsto no orçamento retificativo, visando a regularização de dívidas de anos anteriores.
- O saldo global do **subsetor da Segurança Social** registou um excedente de 139,6 milhões de euros, inferior em 162,8 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado decorre do aumento dos encargos com as prestações sociais e do comportamento negativo da receita de contribuições.
- O subsetor da **Administração Regional e Local** apresentou, no período de janeiro a julho, um excedente de 168,5 milhões de euros¹, para o qual contribuiu a administração local com um saldo de 231,5 milhões de euros e a administração regional com um défice de 62,9 milhões de euros.

¹ Para a Administração Local, o valor foi apurado com base no universo real de reporte (241 municípios, num total de 308).

SÍNTESE

- O resultado da execução orçamental do subsetor Estado até julho de 2012 traduziu-se num saldo global de -3.979,9 milhões de euros.

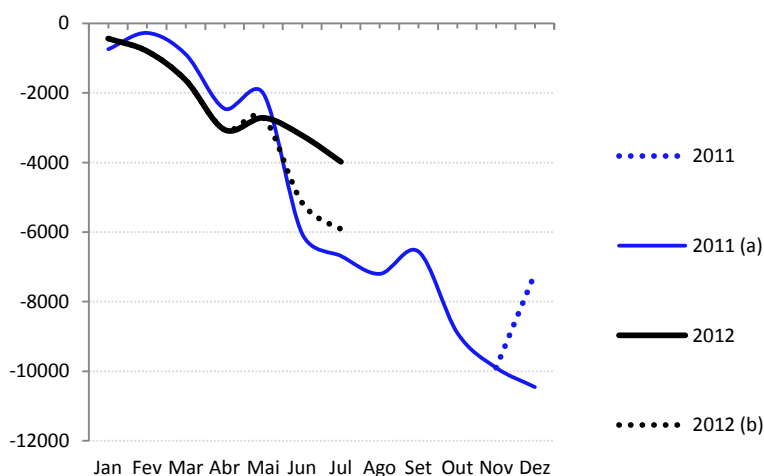
Execução orçamental do Estado (janeiro a julho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita						
Receita fiscal	18.418,1	17.778,0	53,6	50,6	-3,5	-3,1
Receita não fiscal	2.367,7	5.387,2	43,0	78,0	127,5	14,5
Receita efetiva	20.785,8	23.165,2	52,1	55,1	11,4	
Despesa corrente	25.417,6	25.629,4	54,4	56,2	0,8	0,8
Despesa corrente primária	22.048,3	21.690,1	54,7	56,6	-1,6	-1,3
Juros e outros encargos	3.369,2	3.939,3	52,9	53,7	16,9	2,1
Despesa de capital	1.931,4	1.515,7	55,5	56,6	-21,5	-1,5
Investimento	157,8	120,8	23,2	24,3	-23,5	-0,1
Transferências de capital	1.765,4	1.388,6	63,4	63,9	-21,3	-1,4
Outras despesas de capital	8,2	6,3	46,8	64,5	-22,7	0,0
Despesa efetiva	27.349,0	27.145,1	54,5	56,2	-0,7	
Despesa primária	23.979,8	23.205,8	54,8	56,6	-3,2	
Saldo global	-6.563,2	-3.979,9				
Saldo corrente	-4.896,9	-5.686,1				
Saldo de capital	-1.666,3	1.706,2				
Saldo primário	-3.194,0	-40,6				

Fonte: Ministério das Finanças

- O gráfico seguinte evidencia a evolução mensal do saldo global em 2011 e 2012, individualizando o efeito da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões das IC e da transferência para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Gráfico 1 - Saldo Global (milhões de euros)



Nota: a) Excluindo, em 2011, a receita do Fundo Pensões das IC (3.263,1 M€).

b) Excluindo, em 2012, a receita do Fundo Pensões das IC (2.687,1 M€) e transferência para o SNS (regularização dívidas 750 M€).

Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- **A receita fiscal** acumulada líquida do mês de julho de 2012 registou uma variação de -3,5%, face ao período homólogo de 2011.
- A evolução registada resulta designadamente do efeito nas retenções na fonte de IRS da suspensão dos subsídios de férias dos funcionários públicos, compensada em parte por um aumento de 4,8% da receita líquida de IVA no mês de julho, o que determinou uma melhoria de 0,7 p.p. na variação homóloga da receita líquida acumulada deste imposto.
- Destaca-se também o aumento da receita mensal líquida de outros impostos diretos, os quais se distinguem dos impostos sobre o rendimento (IRS e IRC). Este aumento da receita resulta do desempenho positivo da tributação sobre o património mobiliário detido no estrangeiro (RERT III), refletindo a parcela transferida pelo Banco de Portugal até ao dia 31 de julho de 2012.

Execução orçamental da receita fiscal do Estado (janeiro a julho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Impostos diretos	7.379,7	7.262,4	50,5	50,3	-1,6	-0,6
- IRS	4.022,3	4.258,2	38,6	44,6	5,9	1,3
- IRC	3.310,2	2.792,8	79,2	57,5	-15,6	-2,8
- Outros	47,2	211,4	421,4	422,8	347,9	0,9
Impostos indiretos	11.038,4	10.515,6	55,8	50,8	-4,7	-2,8
- ISP	1.345,6	1.239,2	56,2	54,8	-7,9	-0,6
- IVA	7.448,4	7.367,3	56,0	50,8	-1,1	-0,4
- Imposto sobre veículos	427,2	234,6	54,1	40,0	-45,1	-1,0
- Imposto consumo tabaco	705,1	615,9	52,2	41,5	-12,7	-0,5
- IABA	97,1	93,5	50,1	44,3	-3,7	0,0
- Imposto de Selo	886,4	821,4	58,3	58,8	-7,3	-0,4
- Imposto Único de Circulação	100,7	113,6	62,9	60,7	12,8	0,1
- Outros	27,9	30,1	36,6	51,1	7,9	0,0
Receita fiscal	18.418,1	17.778,0	53,6	50,6	-3,5	

Fonte: Ministério das Finanças

■ Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos diretos são

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se um aumento de 5,9% da receita acumulada líquida, face ao período homólogo de 2011;
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – a receita acumulada líquida apresenta uma variação homóloga de -15,6%, o que representa uma melhoria de 0,6 p.p. face à variação homóloga observada em junho de 2012 (por memória, -16,3%); e
- Outros – regista-se o aumento da receita mensal líquida de outros impostos diretos, resultante do desempenho positivo da tributação sobre o património mobiliário detido no estrangeiro (RERT III).

■ Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos indiretos são

- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – a receita acumulada regista uma variação de -1,1% face ao período homólogo de 2011, recuperando 0,7 p.p. na taxa de variação em termos homólogos registada em junho de 2012 (por memória, -1,8%);
- Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) - verifica-se uma variação negativa de 7,9%, em termos homólogos;
- Imposto do Selo (IS) - a receita regista uma variação de -7,3%, em termos homólogos, a qual resulta do decréscimo de operações financeiras;
- Imposto sobre o Tabaco (IT) - a receita líquida acumulada regista uma diminuição de 12,7% face ao período homólogo de 2011, devido à diminuição na introdução no consumo neste período e à sazonalidade irregular da mesma ao longo do ano. No entanto, importa sublinhar uma recuperação de 1,4 p.p. face à variação em termos homólogos registada no mês anterior;

- Imposto sobre Veículos (ISV) - a receita acumulada regista uma variação negativa de 45,1%, devido à quebra na venda de veículos.
 - Imposto Único de Circulação (IUC) - a receita acumulada regista uma variação positiva de 12,8%, em termos homólogos, o que equivale a um aumento de 3,7 p.p. face à variação homóloga verificada em junho de 2012; e
 - Imposto sobre o Alcool e Bebidas Alcoólicas (IABA) - a receita líquida acumulada regista um decréscimo de 3,7% face ao período homólogo de 2011.
- Em julho de 2012, os reembolsos registaram uma diminuição de 5,4% face ao período homólogo de 2011.

Reembolsos (janeiro a julho)

	Milhões de euros		VH (%)
	2011	2012	
Impostos Directos	2.436,1	2.121,6	-12,9
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	1.894,6	1.666,1	-12,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	533,6	454,8	-14,8
Outros	7,9	0,7	-91,4
Impostos Indirectos	2.944,7	2.968,7	0,8
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	64,4	59,1	-8,3
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	2.863,9	2.887,9	0,8
Imposto sobre Veículos ISV)	0,9	8,9	n.a.
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	7,8	9,9	26,5
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,1	0,3	n.a.
Imposto do selo (IS)	3,8	2,8	-27,5
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	-
Outros	3,7	0,0	-99,8
Total de reembolsos	5.380,9	5.090,4	-5,4

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - regista-se um decréscimo de 12,1% face ao mesmo período no ano transato, em resultado do processo de liquidação de IRS referente a 2011 e efetuado em 2012;
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) - verifica-se um decréscimo de 14,8% dos reembolsos face ao mesmo período no ano transato; e
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - verifica-se a manutenção da variação homóloga dos reembolsos de IVA aos agentes económicos em 0,8%.

- A **receita não fiscal** apresenta um significativo crescimento de 127,5%, traduzido num acréscimo de cobrança de 3.019,5 milhões de euros, essencialmente explicado pelo comportamento das “Transferências de capital” (mais 2.743,1 milhões de euros) e, num segundo plano, das “Outras receitas de capital” (mais 226,1 milhões de contos) e “Outras receitas correntes” (mais 91,0 milhões de euros).

Execução orçamental da receita não fiscal do Estado (janeiro a julho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Corrente	2.102,6	2.165,3	49,5	60,6	3,0	2,6
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	264,3	277,2	45,2	52,3	4,9	0,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	384,8	421,9	54,2	62,6	9,6	1,6
Rendimentos da Propriedade	239,2	223,9	59,2	48,9	-6,4	-0,6
Transferências Correntes	560,8	484,5	34,7	50,6	-13,6	-3,2
Venda de Bens e Serviços Correntes	251,2	277,6	63,0	68,2	10,5	1,1
Outras Receitas Correntes	253,0	344,0	88,8	113,1	36,0	3,8
Recursos Próprios Comunitários	95,0	94,0	53,8	55,2	-1,1	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	54,3	42,2	74,4	60,2	-22,3	-0,5
Capital	265,1	3.221,9	21,0	96,4	1.115,4	124,9
Venda de Bens de Investimento	11,1	-1,2	2,8	-	-	-
Transferências de Capital	38,4	2.781,5	29,1	99,3	7.143,5	115,9
Outras Receitas de Capital	53,9	280,0	10,0	101,4	419,5	9,5
Saldo da Gerência Anterior	161,7	161,6	83,1	97,6	-0,1	0,0
Receita não fiscal	2.367,7	5.387,2	43,0	78,0	127,5	

Fonte: Ministério das Finanças

- Conforme referido na síntese de execução orçamental de julho, as “transferências de capital” incluem 2.687,1 milhões de euros relativos ao valor remanescente da transmissão para o Estado da titularidade dos ativos afetos às responsabilidades dos fundos de pensões do sector bancário² e que justificam grande parte do acréscimo de cobrança verificado neste capítulo.
- Nas “outras receitas de capital” há a assinalar em julho a entrega nos cofres do Estado de 272,0 milhões de euros relativos a receita proveniente do leilão para atribuição de direitos de utilização de frequências de radiocomunicações de quarta geração (4G), conforme previsto na Portaria n.º 218/2012, de 19 de julho.
- O acréscimo das “outras receitas correntes” está alicerçado no comportamento dos “Prémios e taxas por garantias de riscos” (mais 93,0 milhões de euros) em resultado das comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado, com preponderância dos prestados ao setor bancário.
- No capítulo dos “rendimentos da propriedade” assinala-se a entrada em julho de 50,9 milhões de euros a título de dividendos e participações nos lucros, com destaque para os dos CTT – Correios de Portugal, SA (40,4 milhões de euros). Refere-se ainda o desempenho dos juros, apresentando um acréscimo de cobrança de 136,0 milhões de euros, para os quais contribuem os decorrentes de empréstimos concedidos a sociedades públicas não financeiras, maioritariamente integradas no perímetro das administrações públicas. Os dividendos apresentaram um decréscimo de cobrança de 150,6

² Nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro.

milhões de euros, em grande parte explicado pela participação nos lucros do Banco de Portugal (18,7 milhões de euros em 2012, face aos 158,7 milhões de euros entregues no ano de 2011).

DESPESA

- A despesa efetiva até julho de 2012 apresentou um grau de execução aferido em relação ao objetivo implícito ao Orçamento Retificativo de 56,2%, inferior ao padrão em 2,1 p.p., decrescendo 0,7% face a igual período do ano precedente. A despesa primária registou uma redução mais acentuada (-3,2%).

Execução Orçamental da Despesa do Estado (janeiro a julho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Despesa corrente	25.417,6	25.629,4	54,4	56,2	0,8	0,8
Despesas com o pessoal	5.863,9	4.922,4	56,2	55,9	-16,1	-3,4
Aquisição de bens e serviços	830,9	758,1	39,9	40,1	-8,8	-0,3
Juros e outros encargos	3.369,2	3.939,3	52,9	53,7	16,9	2,1
Transferências correntes	14.933,5	15.602,3	56,4	58,9	4,5	2,4
Subsídios	115,8	116,9	18,7	38,4	0,9	0,0
Outras despesas correntes	304,2	290,5	42,7	36,0	-4,5	-0,1
Despesa corrente primária	22.048,3	21.690,1	54,7	56,6	-1,6	-1,3
Despesa de capital	1.931,4	1.515,7	55,5	56,6	-21,5	-1,5
Investimento	157,8	120,8	23,2	24,3	-23,5	-0,1
Transferências de capital	1.765,4	1.388,6	63,4	63,9	-21,3	-1,4
Outras despesas de capital	8,2	6,3	46,8	64,5	-22,7	0,0
Despesa primária	23.979,8	23.205,8	54,8	56,6	-3,2	
Despesa efetiva	27.349,0	27.145,1	54,5	56,2	-0,7	

Fonte: Ministério das Finanças

- A variação homóloga até julho compara desfavoravelmente com as taxas de variação observadas no I semestre, de -2,2% e de -5,4%, da despesa efetiva e primária respetivamente, o que, no que respeita àquela, é explicado, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- Aceleração das transferências para a Segurança Social;
- Diluição do efeito decorrente da medida de suspensão do subsídio de férias ao pessoal dos serviços da administração direta do Estado;
- Aceleração da despesa com indemnizações compensatórias (IC)³, uma vez que a Resolução de Conselho de Ministros que aprovou as IC em 2011 foi publicada no final do ano, enquanto em 2012 o correspondente normativo legal foi aprovado em 20 de junho⁴, permitindo às empresas irem recebendo as dotações todos os meses; e

³ Com reflexo nas rubricas de transferências correntes para a administração central e de subsídios, no caso de entidades públicas reclassificadas e não reclassificadas no perímetro da administração central, respetivamente.

⁴ Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2012, de 20 de junho.

- O efeito de base de 2011 da contribuição financeira para a União Europeia associado ao facto de o valor devido em julho de 2011⁵ ter beneficiado de antecipação de fundos, tendo vindo a ser regularizado em despesa orçamental em agosto.

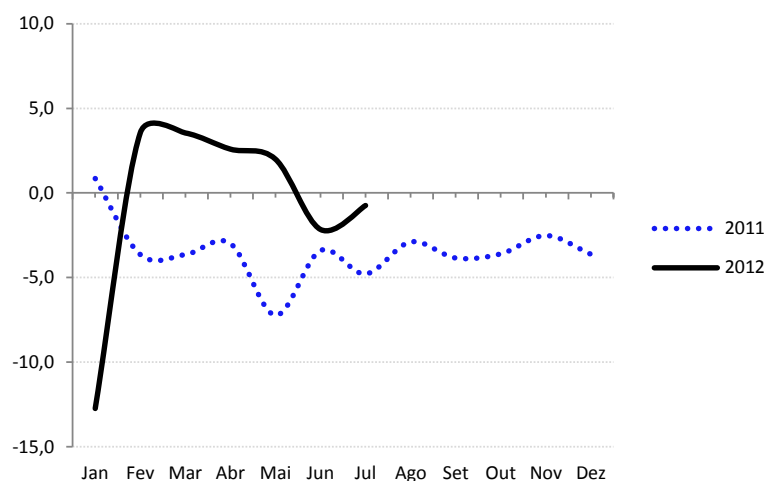
Estes efeitos são contrariados pelos seguintes fatores com impacto favorável na evolução da despesa:

- Desaceleração da despesa com juros e outros encargos, decorrente da especificidade do padrão de execução intra-anual desta rubrica de despesa; e
 - Diluição do efeito decorrente da transferência, em junho de 2012, de 750 milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde destinada à regularização de dívidas de anos anteriores.
- Em termos mensais, registou-se um acréscimo homólogo de 8,2% da despesa efetiva e de 9,8% da despesa primária refletindo, em grande medida, o aumento da transferência para a Segurança Social, bem como o diferente padrão de execução intra-anual das indemnizações compensatórias e da contribuição financeira para a União Europeia.
- Em termos de variação homóloga acumulada (-0,7%), destacam-se os seguintes fatores:
- A redução da despesa com pessoal, para a qual contribuiu, em maior medida, o efeito da medida de suspensão de pagamento de subsídio de férias, com impacto não apenas na despesa com remunerações certas e permanentes, bem como na correspondente parcela de despesa com pessoal relativa a segurança social, nomeadamente nos encargos suportados a título de entidade patronal para a CGA, Segurança Social e ADSE;
 - O decréscimo das transferências de capital, refletindo, ainda, o efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias, que mais que anula o efeito da transferência extraordinária em 2012 para a RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.; e
 - A redução da despesa com a aquisição de bens e serviços correntes, com especial expressão no Ministério da Defesa Nacional.
- Em sentido contrário, contribuindo para o aumento da despesa, são de referir as seguintes rubricas de despesa:
- O aumento dos juros e outros encargos, cuja variação homóloga foi, no entanto, menos acentuada por comparação com o mês anterior;
 - O acréscimo das transferências correntes destinadas:
 - Ao SNS, visando a regularização de dívidas de anos anteriores;
 - À Segurança Social, determinadas pelos encargos adicionais associados ao financiamento do regime de segurança social substitutivo dos bancários e no âmbito da respetiva lei de bases; e
 - Ao orçamento da União Europeia (+20,2%), a título de contribuição financeira, refletindo, ainda, o pagamento decorrente da revisão dos recursos próprios pela Comissão Europeia e o efeito de base da execução de julho de 2011 anteriormente referido.

⁵ Mês em que ocorreu a conversão do Orçamento do Estado para a orgânica do XIX Governo Constitucional.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela diminuição das transferências inscritas no Orçamento do Estado para 2012 destinadas ao financiamento do Serviço Nacional de Saúde (-9,6%), às instituições de Ensino Superior e de Ação Social do Ensino Superior (-20,8%) e à Administração Local (-6,1%).

Gráfico 2 - Despesa Efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

SÍNTESE

Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a julho)

	2011	2012			2011	2012				Contrib. VH (pp.)
	SFA	SFA	EPR	Total	SFA	SFA	EPR	Total	SFA	
	Milhões de euros				Grau de Execução (%)				VH (%)	
Receita corrente	12.650,2	12.752,3	1.368,2	14.072,3	52,1	55,6	49,0	54,9	0,8	0,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	2.209,8	1.962,0	0,0	1.962,0	53,3	56,5	-	56,5	-11,2	-1,8
Transferências correntes	8.999,8	9.265,8	462,8	9.677,2	53,9	62,0	58,4	55,6	3,0	1,9
Outras receitas correntes	1.440,6	1.524,4	905,3	2.433,0	41,9	53,0	45,2	50,7	5,8	0,6
Receita de capital	1.157,6	639,8	395,1	1.029,7	57,1	35,2	54,5	40,7	-44,7	-3,8
Receita Efectiva	13.807,8	13.392,0	1.763,3	15.101,9	52,5	54,1	50,1	53,6	-3,0	-3,0
Despesa corrente	12.144,8	11.889,4	1.355,4	13.196,6	50,3	52,7	46,4	52,0	-2,1	-2,0
Despesas com o pessoal	1.614,4	1.362,0	393,7	1.755,7	51,5	52,4	57,4	53,5	-15,6	-2,0
Aquisição de bens e serviços	4.499,7	4.645,9	384,4	5.030,3	50,0	49,4	48,4	49,4	3,2	1,1
Transferências correntes	5.774,3	5.502,5	15,6	5.497,7	51,7	57,4	67,5	57,2	-4,7	-2,1
Outras despesas correntes	256,3	379,0	561,7	912,9	29,9	37,7	39,6	39,8	47,8	1,0
Despesas de capital	675,9	449,3	912,7	1.356,8	34,4	36,9	51,0	45,3	-33,5	-1,8
Investimento	132,8	124,2	912,3	1.036,5	18,2	27,5	51,0	46,3	-6,5	-0,1
Transferências de capital	520,6	319,0	0,4	312,9	43,3	43,2	-	42,4	-38,7	-1,6
Outras despesas de capital	22,6	6,1	0,0	7,4	74,1	20,7	-	38,4	-73,0	-0,1
Despesa Efectiva	12.820,7	12.338,7	2.268,1	14.553,4	49,1	51,9	48,1	51,3	-3,8	-3,8
Saldo global	987,2	1.053,4	-504,8	548,5						
Saldo corrente	505,4	862,9	12,8	875,6						
Saldo de capital	481,7	190,5	-517,6	-327,1						
Saldo primário	992,5	1.073,1	-130,2	942,9						

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global do subsector dos SFA⁶ em julho de 2012, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS)⁷, atingiu os 548,5 milhões de euros, sendo -504,8 milhões de euros respeitantes às Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) no perímetro da Administração Central.
- O saldo global em termos de universos comparáveis, ascende a 1 053,4 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 66,2 milhões de euros face ao período homólogo de 2011, explicada pela maior redução da despesa efetiva (-3,8%) face à verificada na receita efetiva (-3,0%).
- A redução da despesa homóloga incidiu particularmente em despesas com o pessoal e transferências correntes e de capital para fora das Administrações Públicas.

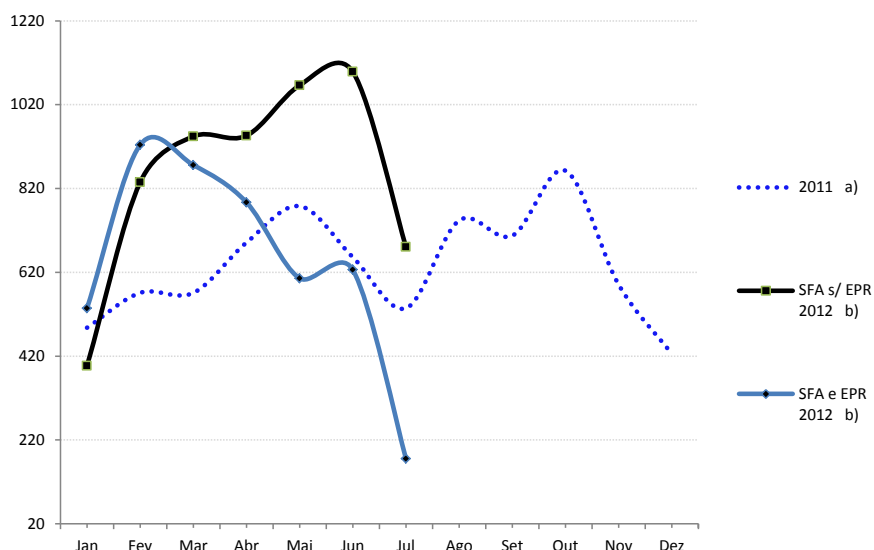
⁶ Organismos em falta de reporte de execução orçamental em julho:

2012 - Parups, S.A, Parvalorem, S.A e Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL

2011 - UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

⁷ A análise da execução orçamental do SNS da presente secção é efetuada na ótica da contabilidade pública (ótica tesouraria).

Gráfico 3 – Evolução do saldo global do subsector dos SFA - Milhões de Euros



Nota: a) Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (em 2011: 476,7 M€)

b) Em 2012 está a ser excluído o montante relativo à incorporação dos Fundos de Pensões do Grupo BPN

(96,8 M€) bem como o efeito associado à 1.ª *tranche* do Orçamento Retificativo destinada ao SNS (276,1 M€)

Fonte: Ministério das Finanças

SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (EXCLUINDO EPR)

- O saldo global comparável, excluído de operações extraordinárias⁸ verificadas quer em 2011, quer em 2012, regista uma melhoria de 143,4 milhões de euros, justificada pelo comportamento da despesa sobretudo ao nível da redução em despesas com o pessoal, em aquisição de bens e serviços e encargos com pensões.

⁸ Para o apuramento do saldo global comparável, exclui-se as operações relativas à regularização das dívidas de anos anteriores do SNS e a incorporação dos fundos de pensões da PT e BPN na CGA.

Subsetor Serviços e Fundos Autónomos

Saldo Global do Subsector dos SFA (janeiro a julho) - Exclui EPR

Serviços	2011	2012	Variação em 2012
	Milhões de euros		
Saldo Global	987,2	1.053,4	66,2
Excluindo operações extraordinárias	537,1	680,5	143,4
<i>dos quais:</i>			
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	78,9	349,7	270,7
<i>Excluindo o efeito em receita e despesa da 1.ª tranche</i>	78,9	73,6	-5,4
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	124,5	53,3	-71,2
Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas de Justiça (IGFIJ)	-7,9	19,8	27,7
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI)	120,6	147,1	26,4
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	316,3	201,3	-114,9
<i>Excluindo incorporação dos Fundos de Pensões</i>	-133,8	104,5	238,3

RECEITA

- A receita efetiva apresenta um decréscimo de 3,0 % face a igual período do ano anterior, sobretudo devido à variação negativa observada em:
 - Outras transferências de capital (-82,6%), justificada pelo efeito de base em 2011 da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA;
 - Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE (-11,2%) devido à redução registada na receita da CGA (-247,8 milhões de euros), refletindo o efeito da suspensão do pagamento de subsídios de férias⁹.
- Em sentido inverso, destaca-se o acréscimo registado em:
 - Transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas (+2,9%) sobretudo as provenientes do OE, em resultado do impacto no SNS (recebimento em junho do montante de 750 milhões de euros relativo à 1ª tranche do reforço previsto no orçamento retificativo). As verbas do OE para financiamento dos encargos com pensões da CGA registaram também um acréscimo, de 120,5 milhões de euros;
 - Outras receitas correntes, relativas à venda de bens e serviços, principalmente pelas entidades do SNS, e a rendimentos de propriedade por parte do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP) associados a juros resultantes de operações de alienação de Bilhetes do Tesouro, que em 2011 ocorreram a partir do mês de Agosto.

⁹ De acordo com o previsto no art.º 21.º da Lei n.º64-B/2011 de 30 de dezembro - Lei do OE 2012.

DESPESA

- A descida de 3,8% na despesa efetiva comparativamente com o período homólogo é justificada pelas seguintes variações:
 - Transferências correntes para fora do perímetro das Administrações Públicas (-5,2%), explicado pela suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente aos aposentados por parte da CGA, IP, cujo efeito foi atenuado pelos pagamentos por parte do IFAP relativos às medidas de combate à seca;
 - Despesas com o pessoal (-15,6%), variação decorrente sobretudo da medida de contenção orçamental prevista na Lei do OE relativa à suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do sector público;
 - Transferências de capital para fora do perímetro das Administrações Públicas (-46%), essencialmente pelo efeito base de 2011 relacionado com a operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. por parte da CGA¹⁰ e pela redução de encargos com organizações internacionais suportados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.;
 - Subsídios (-20,1%), explicada pelo efeito de base 2011 referente ao pagamento de ajudas aos agricultores no âmbito do FEAGA, bem como pela redução dos montantes da comparticipação no âmbito das medidas de emprego e formação profissional, resultado das alterações legislativas introduzidas.
- Em sentido contrário, com impacto no crescimento despesa salienta-se a aquisição de bens e serviços (3,2%) pelo SNS em resultado da regularização extraordinária aos fornecedores de dívidas de anos anteriores.

¹⁰ Por conta da compensação devida nesse ano pela PT - Comunicações, S. A., no âmbito do processo da transmissão das responsabilidades das pensões e abonos para a CGA.

ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)

- O universo constituído pelas EPR apresenta em julho um saldo global negativo em 504,8 milhões de euros¹¹, o financiamento deste défice foi coberto por recurso ao endividamento (620 milhões de euros), sobretudo para pagamentos de encargos com:
 - Aquisição de bens de investimento, nomeadamente concessões pela Estradas de Portugal, S.A. e reabilitação de edifícios pelo Parque Escolar. E.P.E.;
 - Juros e outros encargos essencialmente pelas empresas do sector dos transportes, destacando-se a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E..

Saldo Global do Subsector dos SFA - EPR (janeiro a julho)

Serviços	2012	
	junho	julho
	Milhões de euros	
Saldo Global - EPR	-472,5	-504,8
<i>dos quais:</i>		
Universidade do Porto - Fundação Pública	-40,9	-3,6
Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	-251,1	-241,1
Estradas de Portugal, SA	-252,7	-307,8
Parque Escolar, EPE	-75,9	-107,4

Fonte: Ministério das Finanças

- Face ao mês anterior, o saldo global das EPR apresenta uma degradação de 32,3 milhões de euros¹², sobretudo em resultado de:
 - O contínuo esforço de investimento realizado pela Parque Escolar, E.P.E. na construção e requalificação de edifícios escolares;
 - O pagamento das concessões rodoviárias por parte da Estradas de Portugal, S.A., implicando uma deterioração do saldo global deste organismo em cerca de 55,1 milhões de euros.

¹¹ Este valor não contempla a execução orçamental da Parups, S.A. e Parvalorem, S.A.

¹² O saldo global das EPR de julho incorpora a correção à execução orçamental da receita do mês de junho da Universidade do Porto-Fundação Pública (+49,9 milhões de euros).

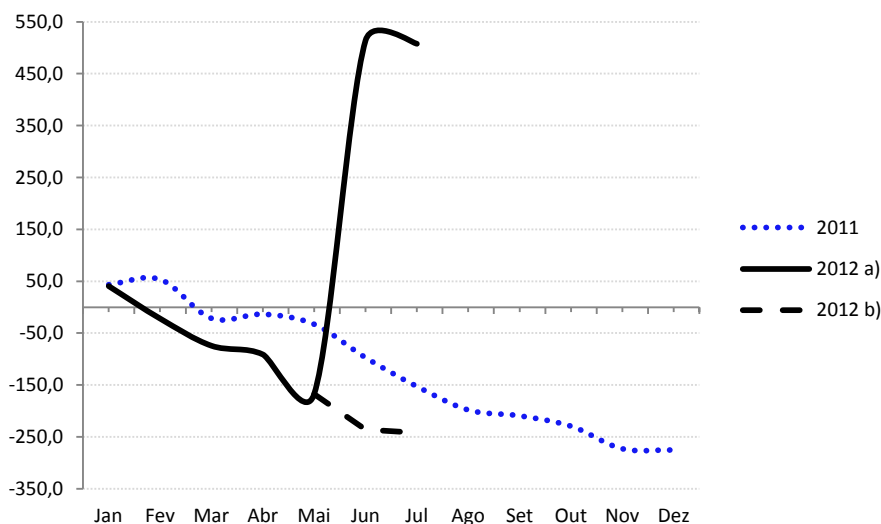
SÍNTESE

Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a julho)			€ Milhões	
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
	Milhões de euros			(pp.)
Receita				
Transferência do Orçamento Estado	4.723,3	5.047,2	6,9	6,6
Prestação de serviços	54,9	79,7	45,2	0,5
Outros	95,2	117,0	22,9	0,4
Receita cobrada	4.873,4	5.243,9	7,6	
Despesa				
Despesas com o pessoal	564,4	484,3	-14,2	-1,6
Subcontratos	4.192,5	3.964,6	-5,4	-4,5
Outros	280,4	287,3	2,5	0,1
Despesa total	5.037,3	4.736,2	-6,0	
Saldo Global	-163,9	507,7		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A informação provisória da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)¹³ apresentou em julho de 2012 um saldo de 507,7 milhões de euros, influenciado pelo recebimento da primeira tranche destinada à regularização de dívidas de anos anteriores (750 milhões de euros), prevista no Orçamento Retificativo.

Gráfico 4 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Nota: a) Saldo Global do SNS

b) Saldo global do SNS, expurgado o efeito da 1.ª tranche do reforço previsto no Orçamento Retificativo (750 M€)

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

¹³ Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do “accrual basis accounting” (princípio da especialização ou do acréscimo).

RECEITA

- A receita registou um aumento de 7,6% em 2012 relativamente ao ano anterior em resultado do recebimento em junho da referida *tranche* prevista no Orçamento Retificativo de 2012 (750 milhões de euros).
- Eliminado este efeito, a receita do SNS apresenta uma redução de 7,8% face ao período homólogo principalmente motivada pelo menor volume de transferências do Orçamento do Estado, com um contributo de -8,7 p.p. para o decréscimo.

DESPESA

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 6,0%, resultado essencialmente do desempenho das Administrações Regionais de Saúde (ARS), relativamente às despesas com:
 - Subcontratos (-5,4%), que observaram uma redução do valor dos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, no seguimento da aplicação das medidas previstas para o sector;
Destaca-se ainda a redução de despesa com medicamentos e com meios complementares de diagnóstico e terapêutica, traduzindo as medidas adotadas;
 - Pessoal (-14,2%) sobretudo em resultado da medida de suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do sector público prevista na Lei do OE bem como da redução de suplementos remuneratórios;
- Em sentido contrário, destaca-se o acréscimo registado em outros Subcontratos (+ 32,5%) explicado por novos encargos com Parcerias Público-Privadas, nomeadamente os associados ao início de atividade do Hospital de Loures e os relativos ao Hospital de Vila Franca de Xira.

SÍNTESE

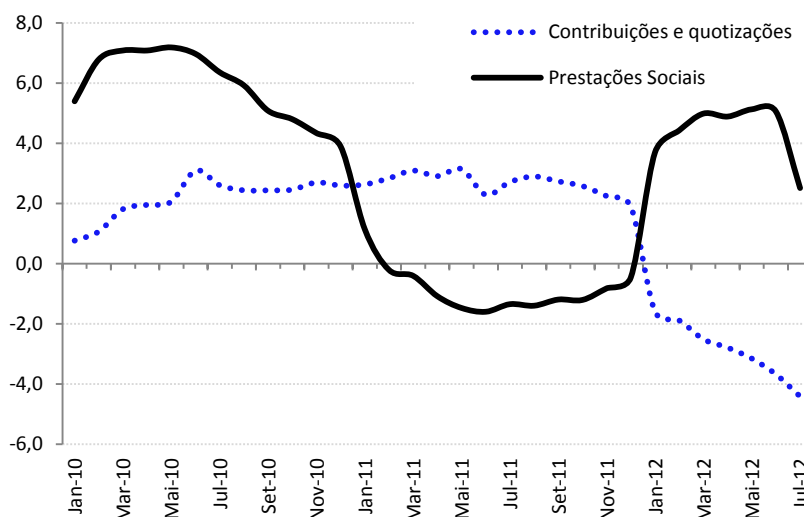
Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a julho)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012
Receita corrente	13.625,5	13.871,5	56,7	57,5	-1,2	1,8
Contribuições e quotizações	7.912,2	7.563,4	56,1	55,6	2,7	-4,4
IVA Social e do Plano de Emergência Social	417,2	419,3	58,3	44,2	2,5	0,5
Transferências correntes da Administração Central	4.014,5	4.328,4	57,8	60,3	-12,7	7,8
Transferências do Fundo Social Europeu	709,2	942,8	52,7	68,8	19,2	32,9
Outras receitas correntes	572,5	617,7	63,4	60,5	18,7	7,9
Receita de capital	2,8	2,9	6,6	11,2	-88,1	5,3
Receita efetiva	13.628,3	13.874,5	56,6	57,5	-1,3	1,8
Despesa corrente	13.315,6	13.718,9	56,3	57,1	-0,1	3,0
Prestações sociais das quais	11.866,9	12.165,2	56,6	57,9	-1,3	2,5
Pensões	8.187,1	8.235,7	56,5	56,9	3,0	0,6
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.208,0	1.480,9	56,9	67,8	-10,5	22,6
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	0,0	296,3	0,0	56,8	-	-
Ações de Formação Profissional	887,3	797,0	55,5	50,1	27,8	-10,2
Outras despesas correntes	561,3	460,5	54,2	49,9	-6,8	-18,0
Despesas de capital	10,3	15,9	21,9	49,9	-0,4	53,5
Despesa efetiva	13.325,9	13.734,8	56,3	57,0	-0,1	3,1
Saldo global	302,4	139,6				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

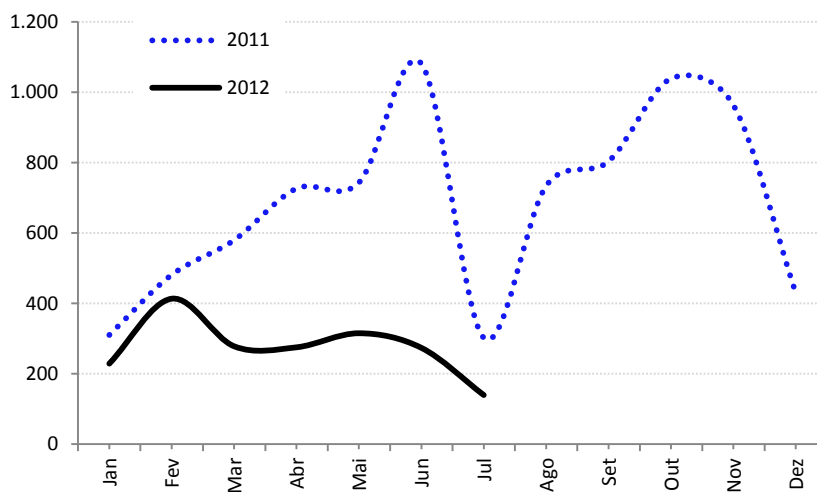
- O saldo global do subsector da Segurança Social regista um excedente de 139,6 milhões de euros, menos 162,8 milhões de euros do que em igual período do ano transato.

Gráfico 5 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico 6 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A receita efetiva registou um acréscimo de 246,1 milhões de euros para o qual contribuíram os seguintes fatores:
 - O recebimento da transferência do OE para fazer face a despesa com o Regime Substitutivo Bancário no valor de 296,3 milhões de euros;
 - O aumento das transferências do Fundo Social Europeu no valor de 233,6 milhões de euros;
 - O acréscimo em "Transferências correntes - outras entidades" no valor de 76,1 milhões de euros.
 - O aumento das transferências provenientes do Orçamento do Estado em 3,6 milhões de euros, com uma variação de 0,1%;
 - Em sentido contrário as maiores variações verificadas prendem-se com o decréscimo de receita de contribuições e quotizações em 348,8 milhões de euros, que tem implícita uma variação homóloga de -4,4% e o decréscimo em "Rendimentos e Outras Receitas" no montante de 16,9 milhões de euros.

DESPESA

- A despesa efetiva observou um acréscimo de 408,9 milhões de euros para o qual contribuíram os seguintes fatores:
 - O aumento de despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões relativas ao Regime Substitutivo Bancário no valor de 296,3 milhões de euros;
 - O acréscimo da despesa com prestações sociais em 298,3 milhões de euros, isto é, mais 2,5% explicado pelo comportamento das pensões representando 60,0% da despesa efetiva;
 - Em sentido contrário, destaca-se a diminuição da despesa com subsídios à formação profissional em 90,1 milhões de euros (-10,2% face ao período homólogo); a redução nas despesas de administração (27,8 milhões de euros); e a redução nas transferências para SFA no montante de 72,7 milhões de euros.

SÍNTESE

- A Administração Regional apresentou, até ao final de julho, um saldo orçamental deficitário de 62,9 milhões de euros, refletindo um agravamento de 91,0 milhões de euros face a igual período do ano anterior. A deterioração do saldo foi determinada pelo comportamento da Região Autónoma da Madeira, cujo saldo orçamental se situou nos -115,2 milhões de euros, em resultado da regularização de pagamentos de despesas de anos anteriores, enquanto a Região Autónoma dos Açores registou um excedente de 52,3 milhões de euros.
- A receita e a despesa efetivas registaram uma quebra em termos homólogos, embora mais acentuada na receita (-8,2%) do que na despesa (-0,7%). O grau de execução da receita efetiva foi de 49%, enquanto o da despesa foi de 39%, influenciado pelo grau de execução da Região Autónoma da Madeira.

Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a julho)

	2011	2012	2012	
	Milhões de euros		Var. Abs.	VH (%)
Receita Efetiva	1202,9	1104,0	-98,9	-8,2
dq. Receita Fiscal	595	544,3	-50,7	-8,5
Transferências do Orçamento de Estado	458,8	381,5	-77,3	-16,8
União Europeia	79,6	90,1	10,5	13,2
Despesa efetiva	1174,8	1166,9	-7,9	-0,7
dq. Despesa Primária	1139,9	1113,2	-26,7	-2,3
Despesa de Capital	179,6	124,2	-55,4	-30,8
Saldo global	28,1	-62,9	-91	
<i>Por memória :</i>				
Saldo Primário	63,0	-9,2	-72,2	
Saldo Corrente	20,2	-156,8	-177,1	
Saldo Capital	7,8	93,9	86,1	
Necessidade de Financiamento				
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-5,5	424,8	430,3	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-5,1	-203,8	-198,8	
<i>dos quais Receitas de:</i>				
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	1,5	0,6	-0,9	
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-17,5	-158,1	-140,5	
Total do Financiamento*	-28,1	62,9	91,0	

Fonte : Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

RECEITA

- A quebra de 8,2% da receita efetiva foi determinada pelo contributo negativo da receita corrente (-10,8 p.p.) que mais que compensou o contributo positivo da receita de capital (2,6 p.p.):
 - A quebra de 12,8% da receita corrente foi determinada pelo contributo negativo da receita fiscal e das transferências correntes do OE, de -5,0 p.p. e -8,8 p.p., respetivamente. Embora se tenha registado uma diminuição na receita fiscal em ambas as Regiões, o comportamento da Administração Regional está fortemente influenciado pela quebra de 16,7% registada na Região Autónoma dos Açores. No que se refere às quebras das receitas de IVA, salienta-se que a sua execução em ambas as Regiões está associada ao estabelecido pela Portaria Nº 1418/2008, de 9 de dezembro, que define a distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas. No que se refere às transferências correntes, a quebra registada deve-se, essencialmente, à diminuição de 43,2% nas receitas recebidas pela Região Autónoma da Madeira, associadas à aplicação das sanções por incumprimento dos limites de endividamento de 2011¹⁴ e à alteração de registo do valor referente à lei de meios de transferência corrente para transferência de capital.
 - A receita de capital registou um crescimento em ambas as Regiões Autónomas num total de 16,4%, que na Madeira teve como principal contributo as transferências de capital provenientes da Administração Central (Lei de Meios) e nos Açores, as provenientes de fundos europeus, influenciadas pelo aumento da taxa de coparticipação comunitária.

Gráfico 7 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

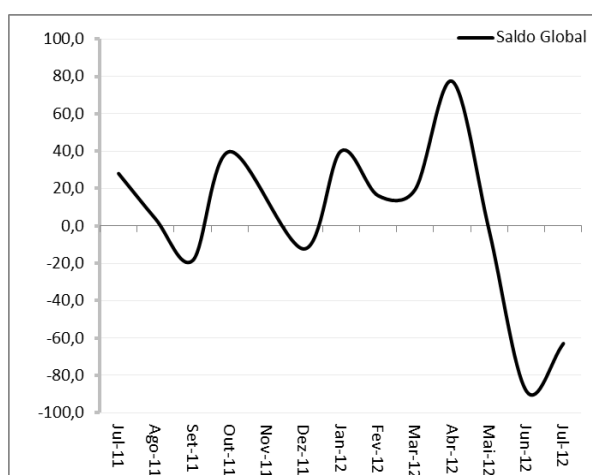
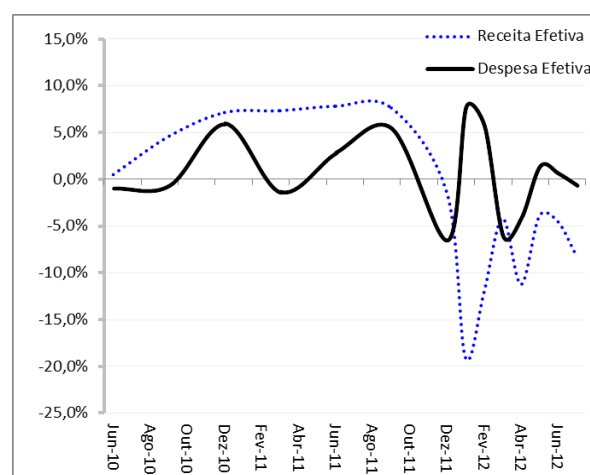


Gráfico 8 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

¹⁴ Sanções previstas no artigo 106º da Lei nº64-B/2011 de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado).

DESPESA

- A despesa efetiva recuou 0,7% em resultado dos comportamentos em sentido oposto de cada uma das Regiões Autónomas. Enquanto os Açores registaram uma quebra de 9,1%, a Madeira apresentou um crescimento de 6,8%, refletindo os pagamentos realizados no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro à Região.
 - A despesa corrente aumentou 4,8%, ainda que as despesas com o pessoal tenham registado uma quebra em ambas as regiões Autónomas num total de 12,7%, em linha com os objetivos orçamentais, esse efeito é mais do que compensado pelo agravamento da despesa com aquisição de bens e serviços e de transferências para fora das Administrações Públicas (5,5 p.p. e 4,5 p.p., respetivamente). Na Madeira este crescimento resulta, no primeiro caso, de pagamentos de encargos com as SCUT e, no segundo, justificado por transferências para o setor da saúde.
 - A despesa de capital apresentou uma quebra em ambas as Regiões num total de 30,8%, contribuindo -4,7 p.p. para a evolução da despesa efetiva. A determinar esta evolução, está a redução, em ambas as Regiões, da despesa em aquisição de bens de capital (-30,6 p.p.).

SÍNTESE

- A Administração Local, para um universo comparável de 240 municípios¹⁵, registou, até julho de 2012, um saldo orçamental de 228,8 milhões de euros, refletindo uma redução de 14,9 milhões de euros face ao registado até ao final do 1.º semestre do ano. Esta evolução é explicada, essencialmente, pelo maior crescimento da despesa efetiva relativamente à receita efetiva em 2,3 p.p.
- As necessidades de financiamento evidenciam uma diminuição dos passivos financeiros face ao registado no mês anterior, contribuindo positivamente para a evolução da dívida financeira da Administração Local.

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a julho)

€ Milhões

	2011	V. Acumulados		Var. Abs.	Var. Cad. (%)
		jun-12	jul-12		
Receita Efetiva	5.527,4	2.576,8	2.996,8	420,0	16,3
dq. Receita Fiscal	1.698,8	835,6	910,8	75,2	
Transferências do Orçamento de Estado	1.814,3	860,1	1.005,6	145,5	
União Europeia	530,5	212,8	261,5	48,7	
Despesa efetiva	5.378,4	2.333,1	2.768,0	435,0	18,6
dq. Despesa Primária	5.263,9	2.282,0	2.704,8	422,8	
Despesa de Capital	1.551,9	619,0	747,0	127,9	
Saldo global	149,1	243,7	228,8	-14,9	
<i>Por memória :</i>					
Saldo Primário	263,6	294,8	292,0	-2,7	
Saldo Corrente	467	340	336	-4	
Saldo Capital	-318	-96	-107	-11	
Necessidade de Financiamento					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-99,3	-81,7	-124,1	-42,4	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-12,2	-3,6	-3,2	0,4	
<i>dos quais Receitas de:</i>					
Alienação de partes de Capital	0,3	0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	10,6	9,1	10,9	1,8	
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-37,5	-158,5	-101,6	56,9	
Total do Financiamento*	-149,1	-243,7	-228,8	14,9	

Nota: Universo comparável (mesmos municípios ao longo dos períodos em análise): 240 Municípios.

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

¹⁵ Tendo em conta os valores anuais de 2011, este universo de municípios representa cerca de 76% da receita e despesa efetivas no total dos 308 municípios.

RECEITA

- De acordo com a informação disponível e para o universo comparável, até julho de 2012 a receita efetiva foi de 2.996,8 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 420 milhões de euros face ao final do 1.º semestre, para o qual contribuíram ambas as componentes (corrente e de capital). Cerca de 34% desta evolução (145 milhões de euros) é referente a transferências provenientes do Orçamento do Estado.
- A receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado e a receita fiscal apresentaram 63,9% do total da receita efetiva, menos -1,9 p.p. do que no mês anterior, influenciado pela redução de peso da receita fiscal em 2 p.p. (30,4% da receita efetiva).

Gráfico 9 – Evolução do saldo global da Adm. Local (M€)

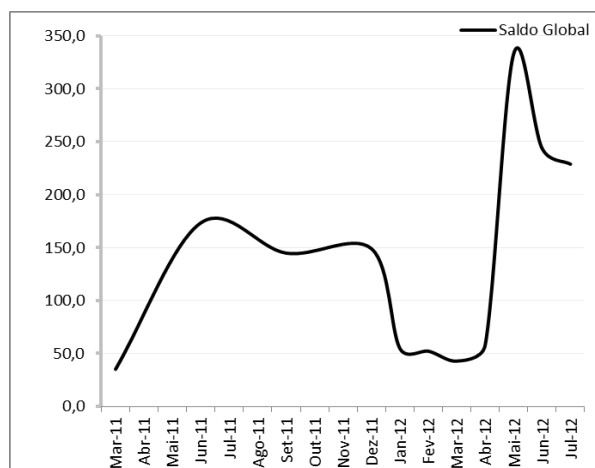
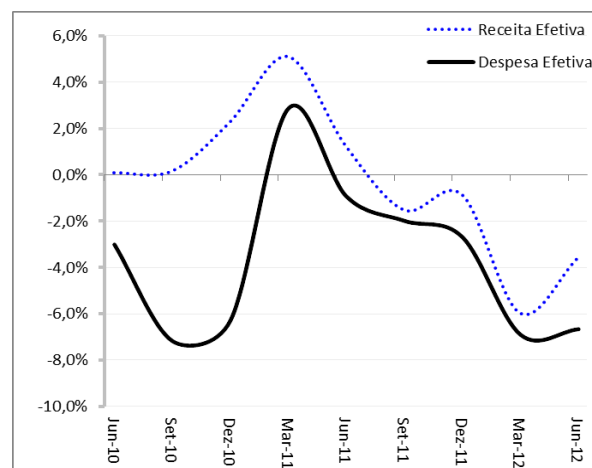


Gráfico 10 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- Nos primeiros 7 meses do ano a despesa efetiva foi de 2.768 milhões de euros, evidenciando um aumento de 435 milhões de euros face ao final do I semestre. As despesas com pessoal representam 34% do total da despesa efetiva, a aquisição de bens e serviços, 27% e a aquisição de bens de capital, 22%.

2012
agosto

Síntese da Execução Orçamental

Informação Estatística



Índice

Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
------------------------	-------------------------	----------------------------

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012	23-julho-12	23-outubro-12	jan-junho 12
Execução Orçamental consolidada das Administrações Públicas	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-jun 12
Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Execução Orçamental do Estado	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Receita do Estado	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Despesa do Estado - classificação económica	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Despesa do Estado - classificação funcional	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Despesa do Estado - classificação orgânica	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Programas Orçamentais	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Execução Orçamental da Segurança Social	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Administração Regional	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Administração Local	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Dívida não Financeira da Administração Pública	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12
Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública	23-agosto-12	24-setembro-12	jan-julho 12

Glossário

Metas PAEF e execução 2012 - Administrações Públicas

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012

Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)

€ Milhões

	I Trimestre		II Trimestre		Metas (valores acumulados)	
	Meta	Execução (1)	Meta	Execução (1)	III Trimestre	IV Trimestre
Saldo das Administrações Públicas (caixa)	-	-438	-	-1.554	-	-
Ajustamentos PAEF						
Garantias, empréstimos e dotações de capital		-12		-20		
Transferência adicional para o SNS		0		235		
Fundos de pensões de instituições de crédito		0		-2.784		
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	-1.900	-450	-4.400	-4.124	-5.900	-7.600

(1) O saldo das Administrações Públicas inclui operações , que no âmbito do memorando técnico de entendimento do PAEF, devem afetar o saldo, apesar de terem sido registadas como despesa não efetiva.

O valor de garantias, empréstimos e ativos para efeitos de ajustamentos do PAEF referente a junho foi atualizado para 20,4 milhões de euros.

Conta Consolidada das Administrações Públicas

Conta consolidada das Administrações Públicas (ótica da contabilidade pública) - janeiro a junho 2012

€ Milhões

	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
Receita corrente	16.924,5	12.089,9	2.968,0	11.427,3	30.901,1
Impostos directos	5.822,1	22,3	1.176,4	0,0	7.020,8
Impostos indirectos	9.223,5	530,2	367,4	359,4	10.480,4
Contribuições de Segurança Social	239,7	1.664,3	4,5	6.384,6	8.293,1
Outras receitas correntes	1.639,1	9.873,1	1.419,7	4.683,3	5.106,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	380,1	7.735,7	822,2	3.570,6	
Receita de capital	2.940,9	950,2	900,4	2,6	3.711,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	39,8	458,9	582,6	1,1	
Receita efectiva	19.865,4	13.040,1	3.868,4	11.429,8	34.613,0
Despesa Corrente	21.837,3	10.700,3	2.875,0	11.128,9	34.033,0
Consumo Público	5.087,8	5.687,3	2.289,2	168,8	13.233,1
Despesas com o Pessoal	4.228,3	1.493,6	1.272,5	126,0	7.120,3
Aquisição de Bens Serv. E Outras Desp. Corr.	859,5	4.193,7	1.016,8	42,9	6.112,8
Subsídios	32,7	161,5	67,5	364,0	625,7
Juros e Outros Encargos	3.598,9	376,1	91,1	1,3	4.067,3
Transferências correntes	13.118,0	4.475,5	427,2	10.594,8	16.106,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	11.696,5	290,3	-120,4	642,0	
Despesa de capital	1.249,8	1.101,6	837,5	27,1	2.133,6
Investimentos	79,8	851,3	707,4	11,7	1.650,3
Transferências de capital	1.164,2	250,2	121,0	15,4	468,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.106,2	39,8	-63,4	-0,4	
Outras despesas de capital	5,7	0,1	9,0	0,0	14,8
Despesa efectiva	23.087,1	11.801,9	3.712,5	11.156,0	36.166,6
Saldo global	-3.221,7	1.238,3	156,0	273,8	-1.553,6
Saldo corrente	-4.912,9	1.389,7	93,0	298,4	-3.131,8
Despesa corrente primária	18.238,5	10.324,2	2.783,9	11.127,6	29.965,6
Saldo corrente primário	-1.314,0	1.765,7	184,1	299,7	935,5
Saldo de capital	1.691,2	-151,4	63,0	-24,5	1.578,2
Despesa primária	19.488,2	11.425,8	3.621,4	11.154,7	32.099,3
Saldo primário	377,2	1.614,3	247,0	275,1	2.513,7

Fonte: Ministério das Finanças

Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

	€ Milhões												
	Objetivo Orçamento Retificativo		Universeo comparável	Universos comparáveis (sem EPR)						Execução Universo real (com EPR)			
	2012		jan - julho 2011	julho 2012			jan - julho 2012			julho 2012		jan - julho 2012	
	Universos comparáveis (sem EPR)	Universeo real (com EPR)	Execução Acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Grau de Execução acumulado (%)	Execução mensal	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Grau de Execução acumulado (%)
Receita corrente	61.868,5	64.157,5	33.539,5	4.930,3	-5,7	8,0	32.856,7	-2,0	53,1	5.150,5	8,0	34.017,8	53,0
Impostos directos	14.468,7	14.468,7	7.399,3	1.440,3	-8,9	10,0	7.284,7	-1,5	50,3	1.440,3	10,0	7.284,7	50,3
Impostos indirectos	21.992,7	22.712,7	11.691,1	1.384,3	-1,0	6,3	11.162,1	-4,5	50,8	1.442,4	6,4	11.555,5	50,9
Contribuições de Segurança Social	17.591,8	17.591,8	10.386,2	1.514,0	-15,8	8,6	9.802,6	-5,6	55,7	1.514,0	8,6	9.802,6	55,7
Outras receitas correntes	7.815,3	9.384,2	4.062,8	591,8	31,7	7,6	4.607,3	13,4	59,0	753,8	8,0	5.375,0	57,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	84,8	83,2	36,7	5,8	-70,3	6,8	37,4	1,8	44,1	5,8	7,0	35,7	42,9
Receita de capital	4.902,0	5.212,2	1.194,2	310,7	453,9	6,3	3.682,4	208,3	75,1	315,3	6,0	3.720,0	71,4
Venda de bens de investimento	135,8	168,3	26,0	0,4	-32,3	0,3	1,8	-93,1	1,3	0,4	0,2	4,8	2,9
Transferências de Capital	4.302,4	4.532,4	942,2	37,1	4,0	0,9	3.235,4	243,4	75,2	46,1	1,0	3.268,7	72,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	37,2	20,6	5,7	0,1	-88,3	0,4	5,7	-0,4	15,3	0,1	0,6	5,7	27,8
Outras receitas de capital	463,8	511,6	226,1	273,2	1.275,5	58,9	445,2	96,9	96,0	268,9	52,6	446,5	87,3
Receita efetiva	66.770,5	69.369,7	34.733,8	5.241,0	-0,8	7,8	36.539,1	5,2	54,7	5.465,8	7,9	37.737,8	54,4
Despesa corrente	68.245,4	70.664,4	37.598,0	6.465,9	1,1	9,5	37.510,6	-0,2	55,0	6.566,8	9,3	38.659,0	54,7
Consumo público	24.229,6	25.971,6	13.412,2	2.197,2	20,5	9,1	12.426,5	-7,3	51,3	2.375,7	9,1	13.376,7	51,5
Despesas com o pessoal	11.705,4	12.391,4	7.656,4	915,0	-10,7	7,8	6.431,1	-16,0	54,9	977,0	7,9	6.824,8	55,1
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	12.524,2	13.580,2	5.755,8	1.282,3	60,5	10,2	5.995,4	4,2	47,9	1.398,7	10,3	6.551,8	48,2
Subsídios	1.538,9	1.568,8	822,5	154,6	71,0	10,0	699,7	-14,9	45,5	157,0	10,0	715,1	45,6
Juros e outros encargos	7.356,2	8.484,9	3.376,2	345,3	-6,3	4,7	3.960,7	17,3	53,8	359,1	4,2	4.335,3	51,1
Transferências correntes	35.120,7	34.639,1	19.987,1	3.768,7	-8,3	10,7	20.423,8	2,2	58,2	3.675,0	10,6	20.231,9	58,4
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	2.466,7	1.961,7	1.193,6	296,8	60,9	12,0	1.354,4	13,5	54,9	199,3	10,2	1.149,1	58,6
Despesa de capital	3.740,3	5.114,4	2.409,4	324,8	7,3	8,7	1.815,3	-24,7	48,5	481,0	9,4	2.370,5	46,3
Investimento	973,0	2.762,4	297,5	64,0	115,2	6,6	257,9	-13,3	26,5	227,3	8,2	1.170,2	42,4
Transferências de capital	2.738,2	2.322,8	2.081,1	253,6	-7,3	9,3	1.543,6	-25,8	56,4	244,4	10,5	1.181,6	50,9
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	1.777,3	1.362,0	911,1	185,0	-10,2	10,4	1.188,6	30,5	66,9	175,8	12,9	826,2	60,7
Outras despesas de capital	29,1	29,1	30,8	7,2	-2.335,8	24,9	13,8	-55,1	47,5	9,3	31,9	18,6	64,0
Despesa efetiva	71.985,7	75.778,7	40.007,4	6.790,7	1,4	9,4	39.325,9	-1,7	54,6	7.047,8	9,3	41.029,5	54,1
Saldo global	-5.215,2	-6.409,0	-5.273,6	-1.549,6			-2.786,9			-1.582,0		-3.291,7	
Ajustamentos PAEF													
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-99,0	-99,0	0,0	0,0			-20,5			0,0		-20,5	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas	1.500,0	1.500,0	0,0	239,3			473,9			239,3		473,9	
Fundos de pensões	-2.789,8	-2.789,8	0,0	0,0			-2.783,9			0,0		-2.783,9	
Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)	-6.604,0	-7.797,8	-5.273,6	-1.310,3			-5.117,3			-1.342,7		-5.622,2	
Por memória:													
Saldo corrente	-6.376,9	-6.506,9	-4.058,5	-1.535,5			-4.654,0			-1.416,3		-4.641,2	
Despesa corrente primária	60.889,3	62.179,5	34.221,8	6.120,6	1,6	10,1	33.550,0	-2,0	55,1	6.207,7	10,0	34.323,7	55,2
Saldo corrente primário	979,3	1.978,0	-682,3	-1.190,3			-693,3			-1.057,2		-305,9	
Saldo de capital	1.161,7	97,9	-1.215,1	-14,1			1.867,1			-165,7		1.349,5	
Despesa primária	64.629,5	67.293,9	36.631,2	6.445,4	1,9	10,0	35.365,3	-3,5	54,7	6.688,8	9,9	36.694,2	54,5
Saldo primário	2.141,0	2.075,9	-1.897,4	-1.204,4			1.173,8			-1.222,9		1.043,6	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	24.452,8	24.153,4	3.022,8	834,8			8.541,8			834,8		8.526,1	
dos quais Receitas de:													
Alienação de partes de Capital	1.600,0	1.600,1	0,0	0,0			160,0			0,0		160,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	30.763,8	31.710,6	9.163,8	1.771,4			18.294,7			1.905,4		18.914,7	

Fonte: Ministério das Finanças

Notas:

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsetor dos serviços e fundos autónomos.

Em 2012, apresenta-se a informação real e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
2010	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
2011	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%
2012	janeiro	2.980,6	3.416,6	-436,0	-6,1%	-12,7%
	fevereiro	6.258,9	7.057,5	-798,6	-4,3%	3,5%
	março	8.610,0	10.247,0	-1.637,0	-4,4%	3,5%
	abril	11.103,3	14.162,1	-3.058,8	-2,2%	2,6%
	maio	14.822,6	17.538,5	-2.715,9	-2,3%	2,0%
	junho	19.865,4	23.087,2	-3.221,8	13,2%	-2,2%
	julho	23.165,2	27.145,1	-3.979,9	11,4%	-0,7%

Nota: Os valores da receita do Estado correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
2010	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
2011	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%
2012	janeiro	1.803,2	1.406,1	397,1	-8,9%	-4,6%
	fevereiro	3.849,4	3.014,4	835,0	0,4%	-2,5%
	março	5.621,9	4.677,6	944,2	-1,4%	-3,1%
	abril	7.383,6	6.340,6	1.043,0	-1,9%	-3,0%
	maio	9.272,3	8.109,3	1.163,1	-2,7%	-4,0%
	junho	11.647,6	9.936,9	1.710,7	0,5%	-5,1%
	julho	13.392,0	12.338,7	1.053,4	-3,0%	-3,8%

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo das Entidades Públicas Reclassificadas (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2012	janeiro	363,7	226,4	137,3	-	-
	fevereiro	729,9	640,7	89,2	-	-
	março	888,7	956,9	-68,1	-	-
	abril	1.049,9	1.209,1	-159,2	-	-
	maio	1.254,6	1.715,0	-460,5	-	-
	junho	1.433,9	1.906,4	-472,5	-	-
	julho	1.763,3	2.268,1	-504,8	-	-

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
	fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
	março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
	abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
	maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
	junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
	julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
	agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
	setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
	outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
	novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
	dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
2010	janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
	fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
	março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
	abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
	maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
	junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
	julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
	agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
	setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
	outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
	novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
	dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
2011	janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
	fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
	março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
	abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
	maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
	junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
	julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
	agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
	setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
	outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
	novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
	dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	0,0	0,0
2012	janeiro	2.016,9	1.788,0	228,9	1,2%	6,2%
	fevereiro	4.056,7	3.643,3	413,4	5,3%	8,1%
	março	5.806,4	5.528,2	278,2	1,1%	7,1%
	abril	7.697,4	7.422,1	275,3	0,9%	7,5%
	maio	9.598,7	9.283,4	315,3	1,0%	6,0%
	junho	11.429,8	11.156,0	273,8	-1,8%	5,6%
	julho	13.874,5	13.734,8	139,6	1,8%	3,1%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	I TR	1.108,2	1.083,6	24,6	1,5%	4,5%
	II TR	2.637,5	2.599,8	37,7	4,0%	5,3%
	III TR	3.939,4	4.110,0	-170,6	3,5%	9,9%
	IV TR	5.450,8	5.895,3	-444,4	0,4%	4,0%
2010	I TR	1.065,5	1.054,3	11,1	-3,9%	-2,7%
	II TR	2.639,9	2.522,0	117,9	0,1%	-3,0%
	III TR	3.945,7	3.816,0	129,8	0,2%	-7,2%
	IV TR	5.575,2	5.525,8	49,4	2,3%	-6,3%
2011	I TR	1.119,9	1.084,8	35,1	5,1%	2,9%
	II TR	2.672,4	2.499,0	173,4	1,2%	-0,9%
	III TR	3.885,8	3.741,0	144,8	-1,5%	-2,0%
	IV TR	5.527,4	5.378,4	149,1	-0,9%	-2,7%
2012	janeiro	351,0	296,3	54,8	-	-
	fevereiro	687,8	635,5	52,3	-	-
	março	1.053,1	1.010,2	42,9	-6,0%	-6,9%
	abril	1.418,7	1.360,8	57,9	-	-
	maio	2.209,7	1.876,7	333,0	-	-
	junho	2.576,8	2.333,1	243,7	-3,6%	-6,6%
	julho	2.996,8	2.768,0	228,8	-	-

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2008 e 2009); Universo comparável: 241 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,3	39,7	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-
	dezembro	2.112,9	2.131,9	-19,0	-1,5%	-6,3%
2012	janeiro	170,6	130,6	40,1	-19,0%	7,8%
	fevereiro	283,8	267,6	16,2	-12,1%	5,7%
	março	418,0	398,7	19,3	-4,2%	-6,1%
	abril	624,5	547,1	77,4	-11,2%	-4,1%
	maio	787,3	790,0	-2,7	-3,9%	1,4%
	junho	896,1	984,2	-88,1	-4,5%	0,6%
	julho	1.104,0	1.166,9	-62,9	-8,2%	-0,7%

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (janeiro a julho)

€ Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
Receita corrente	20.520,7	19.943,3	-2,8	-2,8
Receitas fiscais	18.418,1	17.778,0	-3,5	-3,1
Impostos diretos	7.379,7	7.262,4	-1,6	-0,6
Impostos indiretos	11.038,4	10.515,6	-4,7	-2,5
Outras receitas correntes	2.102,6	2.165,3	3,0	0,3
Receita de capital	265,1	3.221,9	1.115,4	14,2
Receita efetiva	20.785,8	23.165,2	11,4	
Despesa corrente	25.417,6	25.629,4	0,8	0,8
Despesas com o pessoal	5.863,9	4.922,4	-16,1	-3,4
Aquisição de bens e serviços	830,9	758,1	-8,8	-0,3
Juros e outros encargos	3.369,2	3.939,3	16,9	2,1
Transferências correntes	14.933,5	15.602,3	4,5	2,4
Administrações Públicas	13.351,7	14.052,3	5,2	2,6
Outras	1.581,8	1.550,0	-2,0	-0,1
Subsídios	115,8	116,9	0,9	0,0
Outras despesas correntes	304,2	290,5	-4,5	-0,1
Despesa de capital	1.931,4	1.515,7	-21,5	-1,5
Investimento	157,8	120,8	-23,5	-0,1
Transferências de capital	1.765,4	1.388,6	-21,3	-1,4
Administrações Públicas	1.114,1	1.319,3	18,4	0,8
Outras	651,3	69,3	-89,4	-2,1
Outras despesas de capital	8,2	6,3	-22,7	0,0
Despesa efetiva	27.349,0	27.145,1	-0,7	
Saldo global	-6.563,2	-3.979,9		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-4.896,9	-5.686,1		
Saldo de capital	-1.666,3	1.706,2		
Saldo primário	-3.194,0	-40,6		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.984,1	7.929,1		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	9.150,6	18.285,3		

Fonte: Ministério das Finanças

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Receita do Estado

Receita do Estado (janeiro a julho)

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
Receita fiscal	35.135,5	18.418,1	17.778,0	53,6	50,6	4,9	-3,5	4,3	-3,1
Impostos Diretos	14.449,0	7.379,7	7.262,4	50,5	50,3	3,7	-1,6	1,3	-0,6
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	9.539,9	4.022,3	4.258,2	38,6	44,6	2,7	5,9	0,5	1,1
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.859,1	3.310,2	2.792,8	79,2	57,5	3,6	-15,6	0,6	-2,5
Outros	50,0	47,2	211,4	421,4	422,8	972,7	347,9	0,2	0,8
Impostos Indiretos	20.686,5	11.038,4	10.515,6	55,8	50,8	5,7	-4,7	3,0	-2,5
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.261,0	1.345,6	1.239,2	56,2	54,8	-2,8	-7,9	-0,2	-0,5
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.503,0	7.448,4	7.367,3	56,0	50,8	13,0	-1,1	4,3	-0,4
Imposto sobre Veículos (ISV)	586,0	427,2	234,6	54,1	40,0	-15,8	-45,1	-0,4	-0,9
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.482,6	705,1	615,9	52,2	41,5	-14,0	-12,7	-0,6	-0,4
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	211,0	97,1	93,5	50,1	44,3	-3,9	-3,7	0,0	0,0
Imposto do selo	1.397,0	886,4	821,4	58,3	58,8	-3,9	-7,3	-0,2	-0,3
Imposto Único de Circulação (IUC)	187,0	100,7	113,6	62,9	60,7	15,2	12,8	0,1	0,1
Outros	58,9	27,9	30,1	36,6	51,1	-21,4	7,9	0,0	0,0
Receita não fiscal	6.910,8	2.367,7	5.387,2	43,0	78,0	6,1	127,5	0,7	14,5
Correntes	3.570,2	2.102,6	2.165,3	49,5	60,6	12,9	3,0	1,2	0,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	529,7	264,3	277,2	45,2	52,3	100,8	4,9	0,7	0,1
Comparticipações para a ADSE	510,8	255,9	263,6	45,5	51,6	106,5	3,0	0,7	0,0
Outros	18,9	8,4	13,6	36,7	72,0	9,1	61,9	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	674,0	384,8	421,9	54,2	62,6	30,9	9,6	0,5	0,2
Taxas	374,3	187,4	205,1	46,2	54,8	27,4	9,4	0,2	0,1
Juros de mora e compensatórios	84,5	78,1	62,5	71,7	74,0	25,2	-20,0	0,1	-0,1
Multas do Código da Estrada	90,6	48,7	54,4	84,1	60,0	263,4	11,7	0,2	0,0
Outras multas e penalidades diversas	124,6	70,6	99,9	51,3	80,2	-0,6	41,5	0,0	0,1
Rendimentos da Propriedade	457,9	239,2	223,9	59,2	48,9	-47,7	-6,4	-1,1	-0,1
Juros	403,1	9,9	145,9	24,4	36,2	135,7	1.373,7	0,0	0,7
Dividendos e participações nos lucros	52,4	227,8	77,2	63,0	147,3	-49,6	-66,1	-1,1	-0,7
Outros	2,4	1,5	0,8	75,0	33,3	114,3	-46,7	0,0	0,0
Transferências Correntes	956,9	560,8	484,5	34,7	50,6	15,4	-13,6	0,4	-0,4
Administrações públicas	838,0	528,2	439,2	36,0	52,4	32,6	-16,8	0,7	-0,4
Exterior	98,4	24,9	37,8	19,5	38,4	-69,1	51,8	-0,3	0,1
Outros	20,5	7,7	7,5	35,3	36,6	10,0	-2,6	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	407,2	251,2	277,6	63,0	68,2	9,5	10,5	0,1	0,1
Outras Receitas Correntes	304,2	253,0	344,0	88,8	113,1	185,2	36,0	0,8	0,4
Prémios e taxas por garantias de riscos	122,7	76,5	169,5	129,2	138,1	44,3	121,6	0,1	0,4
Outros	181,5	176,5	174,5	78,2	96,1	394,4	-1,1	0,7	0,0
Recursos Próprios Comunitários	170,2	95,0	94,0	53,8	55,2	-4,9	-1,1	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	70,1	54,3	42,2	74,4	60,2	-27,5	-22,3	-0,1	-0,1
Capital	3.340,6	265,1	3.221,9	21,0	96,4	-28,3	1.115,4	-0,5	14,2
Venda de Bens de Investimento	96,5	11,1	-1,2	2,8	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	2.802,5	38,4	2.781,5	29,1	99,3	-23,8	7.143,5	-0,1	13,2
Administrações públicas	17,3	16,0	42,7	90,9	246,8	-1,2	166,9	0,0	0,1
Exterior	92,2	14,7	51,1	12,9	55,4	-52,6	247,6	-0,1	0,2
Outros	2.693,0	7,7	2.687,7	-	99,8	140,6	34.805,2	0,0	12,9
Outras Receitas de Capital	276,1	53,9	280,0	10,0	101,4	1.282,1	419,5	0,3	1,1
Saldo da Gerência Anterior	165,5	161,7	161,6	83,1	97,6	-50,1	-0,1	-0,8	0,0
Receita efetiva	42.046,3	20.785,8	23.165,2	52,1	55,1	5,0	11,4		
Por memória:									
Ativos Financeiros	1.625,0	18,9	191,7						
Alienação de partes sociais de empresas	1.600,0	0,0	160,0						
Outros ativos	25,0	18,9	31,7						
Passivos Financeiros	152.879,3	75.187,6	77.974,1						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR), sendo provisórios até ao encerramento das respectivas Contas Gerais do Estado.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Económica

Despesa do Estado, por Classificação Económica (janeiro a julho)											Por memória:	
	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)		Despesa de anos anteriores		
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012	2011	2012	
Despesa corrente	45.643,7	25.417,6	25.629,4	54,4	56,2	-5,8	0,8	-5,5	0,8	126,9	108,3	
Despesas com o pessoal	8.813,3	5.863,9	4.922,4	56,2	55,9	-10,1	-16,1	-2,3	-3,4	43,8	27,2	
Remunerações Certas e Permanentes	6.831,2	4.540,5	3.800,1	57,4	55,6	-6,6	-16,3	-1,1	-2,7	7,7	4,4	
Abonos Variáveis ou Eventuais	417,3	237,5	196,4	51,4	47,1	-11,9	-17,3	-0,1	-0,2	5,5	6,8	
Segurança social	1.564,8	1.085,9	926,0	52,7	59,2	-22,1	-14,7	-1,1	-0,6	30,5	15,9	
Aquisição de bens e serviços correntes	1.890,9	830,9	758,1	39,9	40,1	31,6	-8,8	0,7	-0,3	44,1	30,7	
Juros e outros encargos	7.329,8	3.369,2	3.939,3	52,9	53,7	10,9	16,9	1,2	2,1			
Transferências correntes	26.498,0	14.933,5	15.602,3	56,4	58,9	-8,5	4,5	-4,8	2,4	38,3	50,0	
Administrações Públicas	24.087,6	13.351,7	14.052,3	56,7	58,3	-8,2	5,2	-4,1	2,6	8,0	8,6	
Administração Central	15.264,1	8.290,4	8.738,7	55,7	57,3	-6,0	5,4	-1,8	1,6			
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-			
Administração Local	1.796,4	1.130,5	1.061,1	59,2	59,1	-6,4	-6,1	-0,3	-0,3	8,0	8,6	
Segurança Social	7.027,2	3.930,8	4.252,4	58,1	60,5	-13,0	8,2	-2,0	1,2			
Outras transferências correntes	2.410,4	1.581,8	1.550,0	54,4	64,3	-11,2	-2,0	-0,7	-0,1	30,2	41,4	
Subsídios	304,1	115,8	116,9	18,7	38,4	-49,0	0,9	-0,4	0,0	0,0	0,0	
Outras despesas correntes	807,6	304,2	290,5	42,7	36,0	24,8	-4,5	0,2	-0,1	0,7	0,5	
Despesa corrente primária	38.313,9	22.048,3	21.690,1	54,7	56,6	-7,9	-1,6	-6,6	-1,3	126,9	108,3	
Despesa de capital	2.678,0	1.931,4	1.515,7	55,5	56,6	11,2	-21,5	0,7	-1,5	7,3	18,7	
Investimento	496,2	157,8	120,8	23,2	24,3	-13,6	-23,5	-0,1	-0,1	7,1	14,8	
Transferências de capital	2.171,9	1.765,4	1.388,6	63,4	63,9	14,3	-21,3	0,8	-1,4	0,1	3,9	
Administrações Públicas	1.978,9	1.114,1	1.319,3	61,2	66,7	-21,5	18,4	-1,1	0,8	0,0	3,6	
Administração Central	665,9	224,7	499,4	50,8	75,0	-55,4	122,2	-1,0	1,0			
Administração Regional	565,8	441,7	398,4	73,6	70,4	4,3	-9,8	0,1	-0,2			
Administração Local	741,8	446,6	420,0	57,8	56,6	-9,1	-6,0	-0,2	-0,1	0,0	3,6	
Segurança Social	5,5	1,1	1,4	17,2	26,1	38,6	29,0	0,0	0,0			
Outras transferências de capital	193,0	651,3	69,3	67,7	35,9	421,7	-89,4	1,8	-2,1	0,1	0,3	
Outras despesas de capital	9,8	8,2	6,3	46,8	64,5	-19,4	-22,7	0,0	0,0	0,0		
Despesa primária	40.991,8	23.979,8	23.205,8	54,8	56,6	-6,6	-3,2	-5,9	-2,8	134,1	127,0	
Despesa efetiva	48.321,6	27.349,0	27.145,1	54,5	56,2	-4,8	-0,7			134,1	127,0	
Por memória:												
Ativos financeiros	24.164,8	2.003,0	7.960,8									
Passivos financeiros	122.250,0	66.037,0	59.688,8									
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	1.600,0		760,0									

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Funcional

Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro a julho)

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
Funções Gerais de Soberania	3.597,0	3.126,4	13,2	11,5
Serviços Gerais da Administração Pública	982,9	823,7	3,6	3,0
Defesa Nacional	950,5	784,7	3,5	2,9
Segurança e Ordem Públicas	1.663,6	1.518,0	6,1	5,6
Funções Sociais	16.574,7	16.722,2	60,6	61,6
Educação	4.585,3	3.896,7	16,8	14,4
Saúde	5.202,5	5.387,6	19,0	19,8
Segurança e Acção Sociais	6.516,5	6.930,0	23,8	25,5
Habituação e Serviços Colectivos	115,5	78,4	0,4	0,3
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	154,8	429,6	0,6	1,6
Funções Económicas	999,8	499,3	3,7	1,8
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	240,3	246,3	0,9	0,9
Indústria e Energia	0,0		0,0	
Transportes e Comunicações	658,9	182,7	2,4	0,7
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	100,6	70,3	0,4	0,3
Outras Funções	6.177,5	6.797,1	22,6	25,0
Operações da Dívida Pública	3.368,4	3.914,9	12,3	14,4
Transferências entre Administrações Públicas	2.809,0	2.882,0	10,3	10,6
Diversas não especificadas		0,2		0,0
Despesa Efetiva	27.349,0	27.145,1	100,0	100,0
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	2.003,0	7.960,8		
Funções Gerais de Soberania	2.003,0	6.256,6		
Funções Sociais		93,1		
Funções Económicas		1.611,2		
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	66.037,0	60.448,8		
Outras Funções	66.037,0	60.448,8		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado

Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Económica (janeiro a julho)

Milhões de Euros													
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	943,8	106,4	8.577,3	179,1	792,4	930,5	606,8	69,6	236,6	5.064,3	3.890,3	4.232,2	25.629,4
Despesas com o pessoal	21,7	48,0	237,5	73,4	631,7	800,1	508,6	42,1	84,0	26,5	2.440,1	8,7	4.922,4
Remunerações Certas e Permanentes	18,0	39,7	170,9	43,9	394,6	550,7	396,9	34,2	69,1	22,0	2.052,7	7,2	3.800,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,7	0,7	30,1	22,6	44,6	37,7	42,4	1,4	1,8	0,9	13,2	0,2	196,4
Segurança social	3,0	7,6	36,4	6,9	192,4	211,7	69,2	6,5	13,1	3,6	374,2	1,3	926,0
Aquisição de bens e serviços correntes	1,4	12,5	305,3	18,2	151,3	87,5	88,6	10,6	15,8	17,2	48,3	1,3	758,1
Aquisição de bens	0,1	0,9	2,5	0,2	55,2	22,7	30,2	1,3	2,7	1,0	31,9	0,1	148,8
Aquisição de serviços	1,3	11,6	302,8	18,1	96,2	64,7	58,4	9,4	13,1	16,2	16,4	1,2	609,3
Juros e outros encargos	0,0	0,0	3.938,7	0,1	0,0	0,3		0,0	0,1	0,0		0,0	3.939,3
Transferências correntes	920,8	44,1	3.976,5	79,0	8,8	42,4	8,9	16,7	136,4	5.020,5	1.125,9	4.222,2	15.602,3
Administrações Públicas	920,5	30,4	2.779,5	17,5	3,8	40,7	7,5	15,9	132,3	5.018,4	864,9	4.220,9	14.052,3
Administração Central	54,9	30,3	2.771,6	17,5	3,8	39,9	7,5	15,9	131,6	5.018,4	647,2	0,3	8.738,7
Administração Regional													
Administração Local	865,6	0,0				0,8			0,7		194,0		1.061,1
Segurança Social			7,9		0,0						23,8	4.220,7	4.252,4
Outras transferências correntes	0,3	13,7	1.197,0	61,6	5,0	1,6	1,4	0,9	4,1	2,1	261,0	1,3	1.550,0
Subsídios	0,0	1,5	115,3		0,1								116,9
Outras despesas correntes	0,0	0,2	4,0	8,3	0,5	0,3	0,7	0,1	0,4	0,0	276,0	0,0	290,5
Despesa de capital	810,9	6,4	414,6	0,7	35,6	8,8	2,5	17,5	53,1	3,4	160,5	1,6	1.515,7
Investimento	0,0	2,8	2,2	0,7	35,5	7,9	2,5	0,5	21,5	0,1	46,8	0,2	120,8
Transferências de capital	810,9	3,6	412,3		0,1	1,0		17,0	31,6	3,3	107,4	1,4	1.388,6
Administrações Públicas	810,9	2,7	348,2		0,1	1,0		13,4	31,5	3,3	106,8	1,4	1.319,3
Administração Central	2,4	2,2	348,2		0,1	0,3		13,4	31,5	3,3	98,1		499,4
Administração Regional	398,4												398,4
Administração Local	410,1	0,5				0,7					8,7		420,0
Segurança Social												1,4	1,4
Outras transferências de capital		1,0	64,1					3,6	0,0		0,6		69,3
Outras despesas de capital											6,3		6,3
Despesa efetiva	1.754,7	112,8	8.991,9	179,8	828,0	939,3	609,3	87,1	289,7	5.067,7	4.050,9	4.233,8	27.145,1
Por memória:													
Ativos financeiros			7.960,8										7.960,8
Passivos financeiros			59.688,8										59.688,8
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública			760,0										760,0

Nota: Os valores constantes do presente quadro não
exluem transferências intra-setoriais.
Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado
Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação
Económica (janeiro a julho)

	VH (%)												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	-7,2	-38,7	11,0	-7,3	-19,0	-7,1	-9,8	-23,8	-3,0	5,9	-15,4	7,5	0,8
Despesas com o pessoal	-13,0	-43,1	-21,8	-19,6	-18,6	-6,8	-11,7	-18,1	-16,2	-17,6	-17,4	-23,5	-16,1
Remunerações Certas e Permanentes	-13,2	-46,1	-13,7	-18,5	-17,6	-10,3	-14,4	-17,1	-16,1	-16,0	-17,2	-21,3	-16,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	-20,8	-63,4	-14,3	-19,4	-30,1	-6,3	-2,5	-39,8	-29,5	-7,7	-24,7	-63,1	-17,3
Segurança social	-9,7	-14,0	-48,3	-27,1	-17,3	3,5	0,7	-17,1	-14,5	-27,5	-18,3	-23,4	-14,7
Aquisição de bens e serviços correntes	-17,6	-41,5	-6,0	-12,0	-18,9	1,0	-3,1	-23,1	-21,0	-28,3	26,3	-8,7	-8,8
Aquisição de bens	-22,3	-72,3	-51,7	-65,8	-32,1	-8,5	18,9	-10,2	-21,0	-47,2	41,5	-28,9	-12,5
Aquisição de serviços	-17,0	-35,8	-5,3	-10,8	-8,8	4,9	-11,5	-24,6	-21,0	-26,6	4,5	-6,1	-7,8
Juros e outros encargos	2,7	-	16,9	-44,4	539,0	1.156,7	-	-48,1	-66,8	-96,5	-	-	16,9
Transferências correntes	-7,0	-32,5	9,9	9,4	-41,7	-13,8	77,9	-35,1	10,7	6,2	-14,7	7,6	4,5
Administrações Públicas	-7,0	-24,4	7,6	-25,7	-21,9	-13,3	2.508,0	-33,7	14,0	6,2	-1,4	7,6	5,2
Administração Central	-18,8	-24,4	7,7	-25,7	-22,3	-1,5	2.508,0	-33,7	14,8	6,2	-4,3	-17,4	5,4
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-6,2	-4,2	-	-	-	-87,6	-	-	-32,9	-	-3,3	-	-6,1
Segurança Social	-	-	-18,6	-	413,4	-	-	-	-100,0	-	-	7,7	8,2
Outras transferências correntes	0,7	-45,5	15,9	26,4	-51,2	-24,8	-70,1	-53,3	-43,4	-38,9	-41,1	-30,7	-2,0
Subsídios	-60,0	-28,5	1,4	-100,0	-	-	-	-	-	-	-100,0	-	0,9
Outras despesas correntes	16,7	58,9	158,4	-4,5	55,3	-96,2	47,8	-61,5	31,9	26,7	-3,2	-59,1	-4,5
Despesa de capital	-8,4	-25,7	-34,9	-59,7	-46,8	-49,2	-52,8	-67,8	-20,1	-48,8	-11,1	13,2	-21,5
Investimento	-65,3	-40,6	-80,8	-58,7	-46,1	-48,9	-52,7	-37,4	13,5	-85,2	43,8	-42,0	-23,5
Transferências de capital	-8,4	-8,2	-34,1	-100,0	-93,6	-50,8	-100,0	-68,3	-33,5	-46,6	-23,2	29,0	-21,3
Administrações Públicas	-8,4	51,4	2.053.948,0	-100,0	-93,6	-50,4	-	-57,6	-33,0	-46,6	-22,8	29,0	18,4
Administração Central	-41,1	33,2	2.053.948,0	-100,0	-93,6	-23,1	-	-57,6	-32,5	-46,6	-26,3	-	122,2
Administração Regional	-9,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-9,8
Administração Local	-6,6	237,7	-	-	-	-57,0	-	-	-100,0	-	64,8	-	-6,0
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29,0	29,0
Outras transferências de capital	-	-56,4	-89,8	-	-	-100,0	-100,0	-83,5	-94,4	-	-55,2	-	-89,4
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-22,7	-	-22,7
Despesa efetiva	-7,7	-38,1	7,5	-7,8	-20,8	-7,8	-10,1	-40,2	-6,7	5,8	-15,2	7,5	-0,7
Por memória:													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Nota: Os valores constantes do presente quadro não
exluem transferências intra-setoriais.
Fonte: Ministério das Finanças

Programas Orçamentais -Administração Central

Execução dos Programas Orçamentais (janeiro a julho) (1)

€ Milhões

Designação	2012		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	2.976,8	1.817,9	61,1
Governança e Cultura	810,5	370,2	45,7
Finanças e Administração Pública	17.157,2	9.834,2	57,3
Gestão da Dívida Pública	7.379,0	3.957,9	53,6
Representação Externa	319,8	204,4	63,9
Defesa	2.136,7	896,7	42,0
Segurança Interna	2.020,5	1.029,9	51,0
Justiça	1.723,7	858,5	49,8
Economia e Emprego	4.335,6	2.030,8	46,8
Agricultura, Mar e Ambiente	2.061,5	879,7	42,7
Saúde	19.061,4	10.127,2	53,1
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.256,5	3.658,1	58,5
Ciência e Ensino Superior	3.375,9	1.852,5	54,9
Solidariedade e Segurança Social	7.329,6	4.374,2	59,7
Despesa efetiva	76.944,5	41.892,3	54,4

Nota: (1) Valores não consolidados - não são excluídas transferências intra e inter-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

Execução Orçamental Consolidada dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a julho)

	2012		2011	2012			2011	2012				
	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA e EPR	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA
	Milhões de Euros						Grau de Execução (%)				VH %	Contrib. VH (pp)
Receita corrente	22.945,9	25.655,5	12.650,2	12.752,3	1.368,2	14.072,3	52,1	55,6	49,0	54,9	0,8	0,7
Impostos diretos	19,7	19,7	19,6	22,3	0,0	22,3	100,0	113,1	-	113,1	13,6	0,0
Impostos indiretos	357,5	1.077,5	235,5	227,2	393,4	620,6	60,8	63,6	54,6	57,6	-3,5	-0,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.470,0	3.470,0	2.209,8	1.962,0	0,0	1.962,0	53,3	56,5	-	56,5	-11,2	-1,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.353,5	1.730,6	724,0	722,4	150,2	872,5	47,6	53,4	39,7	50,4	-0,2	0,0
Transferências Correntes	16.598,8	17.391,0	8.999,8	9.265,8	462,8	9.677,2	53,9	62,0	58,4	55,6	3,0	1,9
Outros subsectores das Administrações Públicas	15.965,7	16.382,0	8.777,2	9.029,3	259,4	9.237,3	54,7	56,6	62,3	56,4	2,9	1,8
União Europeia	486,3	850,7	139,5	147,3	200,7	348,0	30,3	30,3	55,1	40,9	5,6	0,1
Outras transferências	146,8	158,3	83,1	89,2	2,7	91,9	46,1	60,8	23,5	58,1	7,3	0,0
Outras Receitas Correntes	1.146,4	1.966,6	461,5	552,6	361,7	917,5	30,6	48,2	40,0	46,7	19,7	0,7
Receita de capital	1.816,8	2.531,9	1.157,6	639,8	395,1	1.029,7	57,1	35,2	54,5	40,7	-44,7	-3,8
Venda de bens de investimento	19,3	51,8	13,2	1,5	3,0	4,5	19,7	7,7	9,3	8,7	-88,7	-0,1
Transferências de capital	1.795,2	2.458,0	1.144,3	638,2	391,2	1.024,1	58,5	37,6	59,0	41,7	-44,2	-3,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	332,7	727,4	230,2	147,3	357,9	500,0	47,3	44,3	90,7	68,7	-36,0	-0,6
União Europeia	881,0	1.149,1	310,0	386,0	32,3	418,3	37,3	43,8	12,0	36,4	24,5	0,6
Outras transferências	581,5	581,5	604,1	104,9	1,0	105,9	94,6	18,0	-	18,2	-82,6	-3,6
Outras Receitas de Capital	2,3	22,1	0,2	0,1	0,9	1,0	6,1	0,1	3,0	4,6	-41,8	0,0
Receita efetiva	24.762,7	28.187,3	13.807,8	13.392,0	1.763,3	15.101,9	52,5	54,1	50,1	53,6	-3,0	-3,0
Despesa corrente	22.546,7	25.385,9	12.144,8	11.889,4	1.355,4	13.196,6	50,3	52,7	46,4	52,0	-2,1	-2,0
Despesas com o pessoal	2.597,3	3.283,4	1.614,4	1.362,0	393,7	1.755,7	51,5	52,4	57,4	53,5	-15,6	-2,0
Aquisição de bens e serviços	9.395,5	10.189,8	4.499,7	4.645,9	384,4	5.030,3	50,0	49,4	48,4	49,4	3,2	1,1
Juros e outros encargos	19,0	1.147,6	5,3	19,7	374,6	394,4	12,8	104,1	33,2	34,4	270,6	0,1
Transferências correntes	9.594,7	9.617,8	5.774,3	5.502,5	15,6	5.497,7	51,7	57,4	67,5	57,2	-4,7	-2,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	706,5	706,5	354,6	363,9	2,2	345,6	29,0	51,5	-	48,9	2,6	0,1
Outras transferências	8.888,2	8.911,4	5.419,7	5.138,6	13,5	5.152,1	54,5	57,8	58,1	57,8	-5,2	-2,2
Subsídios	619,5	649,3	217,0	173,5	15,5	188,9	31,4	28,0	51,8	29,1	-20,1	-0,3
Outras despesas correntes	320,6	497,9	34,0	185,7	171,6	329,6	27,2	57,9	65,6	66,2	446,6	1,2
Despesa de capital	1.218,8	2.998,1	675,9	449,3	912,7	1.356,8	34,4	36,9	51,0	45,3	-33,5	-1,8
Investimento	451,3	2.240,7	132,8	124,2	912,3	1.036,5	18,2	27,5	51,0	46,3	-6,5	-0,1
Transferências de capital	738,1	738,1	520,6	319,0	0,4	312,9	43,3	43,2	-	42,4	-38,7	-1,6
Outros subsectores das Administrações Públicas	69,8	69,8	28,2	52,9	0,0	46,4	24,0	75,8	-	66,4	87,4	0,2
Outras transferências	668,3	668,3	492,4	266,1	0,4	266,5	45,3	39,8	-	39,9	-46,0	-1,8
Outras despesas de capital	29,5	19,3	22,6	6,1	0,0	7,4	74,1	20,7	-	38,4	-73,0	-0,1
Despesa efetiva	23.765,5	28.384,0	12.820,7	12.338,7	2.268,1	14.553,4	49,1	51,9	48,1	51,3	-3,8	-3,8
Saldo global	997,2	-196,6	987,2	1.053,4	-504,8	548,5						
Por memória:												
Despesas de anos anteriores			1007,8	824,5	269,1	1.093,5						
Despesa primária	23.746,6	27.236,3	12.815,4	12.318,9	1.893,5	14.159,0						
Saldo primário	1.016,2	951,0	992,5	1.073,1	-130,2	942,9						
Saldo corrente	399,3	269,6	505,4	862,9	12,8	875,6						
Saldo de capital	597,9	-466,2	481,7	190,5	-517,6	-327,1						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.099,0	799,9	662,8	230,7	-15,7	215,0						
dos quais Receitas de:												
Alienação de partes de Capital	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0						
Outros Ativos	1.099,0	1.398,1	788,4	2.007,4	56,6	2.064,0						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	134,4	1.080,5	13,2	9,3	620,0	629,4						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior			337,5	832,0	130,9	962,9						

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Organismos com execução orçamental em falta:

2011

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P

2012

PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegetico e de Educação Ambiental, CIRPL

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro a julho)			€ Milhões	
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	11,1	15,0	35,1	0,1
Prestação de serviços	54,9	79,7	45,2	0,5
Próprio ano	22,0	42,4	92,7	0,4
Anos anteriores	32,9	37,3	13,4	0,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	4.723,3	5.047,2	6,9	6,6
Transferências correntes obtidas da Administração Local	13,8	18,9	37,0	0,1
Outros proveitos operacionais	7,5	5,4	-28,0	0,0
Próprio ano	5,0	3,8	-24,0	0,0
Anos anteriores	2,5	1,6	-36,0	0,0
Proveitos e ganhos financeiros	0,2	0,3	50,0	0,0
Próprio ano	0,2	0,2	0,0	0,0
Anos anteriores	0,0	0,1		
Outras receitas	62,6	77,4	23,6	0,3
Próprio ano (inclui rec. SNS)	60,2	73,9	22,8	0,3
Anos anteriores	2,4	3,5	45,8	0,0
Receita cobrada	4.873,4	5.243,9	7,6	
Despesas com o pessoal	564,4	484,3	-14,2	-1,6
Compras	57,8	82,5	42,7	0,5
Fornecimentos e serviços	99,9	119,4	19,5	0,4
Subcontratos	4.192,5	3.964,6	-5,4	-4,5
Produtos vendidos em farmácias	813,5	745,5	-8,4	-1,3
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	437,9	371,1	-15,3	-1,3
Outros subcontratos	289,3	383,2	32,5	1,9
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	2.651,8	2.464,8	-7,1	-3,7
Imobilizações	52,7	42,0	-20,3	-0,2
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	70,0	43,4	-38,0	-0,5
Despesa paga do ano e de anos anteriores	5.037,3	4.736,2	-6,0	
Saldo	-163,9	507,7		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a julho)

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	
Receita corrente	24.114,1	13.625,5	13.871,5	56,7	57,5	-1,2	1,8	1,8
Contribuições e quotizações	13.592,0	7.912,2	7.563,4	56,1	55,6	2,7	-4,4	-2,6
IVA Social	948,8	417,2	419,3	58,3	44,2	2,5	0,5	0,0
Transferências correntes da Administração Central	7.180,4	4.014,5	4.328,4	57,8	60,3	-12,7	7,8	2,3
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	6.457,2	3.920,7	3.924,4	58,3	60,8	-13,0	0,1	0,0
Transferências do Fundo Social Europeu	1.371,1	709,2	942,8	52,7	68,8	19,2	32,9	1,7
Outras receitas correntes	1.021,7	572,5	617,7	63,4	60,5	18,7	7,9	0,3
Receita de capital	26,3	2,8	2,9	6,6	11,2	-88,1	5,3	0,0
Venda de Bens de Investimento	20,0	1,7	1,5	4,8	7,5	-92,5	-11,1	0,0
Transferências do Orçamento de Estado	6,2	1,1	1,4	15,1	22,9	38,6	29,0	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	122,9	-100,0	-	-
Receita Efetiva	24.140,3	13.628,3	13.874,5	56,6	57,5	-1,3	1,8	1,8
Despesa Corrente	24.045,7	13.315,6	13.718,9	56,3	57,1	-0,1	3,0	3,0
Prestações Sociais	21.007,8	11.866,9	12.165,2	56,6	57,9	-1,3	2,5	2,2
Pensões	14.473,0	8.187,1	8.235,7	56,5	56,9	3,0	0,6	0,4
Sobrevivência	1.876,6	1.111,3	1.141,6	56,5	60,8	-3,8	2,7	0,2
Invalidez	1.356,5	799,9	792,0	56,8	58,4	-0,7	-1,0	-0,1
Velhice	11.210,0	6.273,1	6.300,4	56,5	56,2	4,7	0,4	0,2
Beneficiários dos antigos combatentes	30,0	2,7	1,6	0,0	5,2	213,5	-42,3	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	655,6	397,1	394,0	58,2	60,1	-32,2	-0,8	0,0
Subsídio por doença	426,5	272,8	254,0	60,1	59,6	3,3	-6,9	-0,1
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.184,8	1.208,0	1.480,9	56,9	67,8	-10,5	22,6	2,0
Complemento Solidário para Idosos	274,5	158,7	158,8	57,4	57,9	3,4	0,1	0,0
Outras prestações	776,9	494,9	504,5	57,8	64,9	4,0	1,9	0,1
Ação social	1.846,5	901,4	889,6	55,1	48,2	-1,5	-1,3	-0,1
Rendimento Social de Inserção	370,0	246,9	247,7	58,8	67,0	-25,8	0,3	0,0
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	522,0	0,0	296,3	0,0	56,8	-	-	-
Administração	338,5	190,8	163,0	48,8	48,2	-11,5	-14,6	-0,2
Outras despesas correntes	585,0	370,5	297,5	57,5	50,9	-4,2	-19,7	-0,5
dos quais:				0,0				
Transferências e subsídios correntes	582,5	370,5	297,5	57,5	51,1	-4,2	-19,7	-0,5
Ações de Formação Profissional	1.592,4	887,3	797,0	55,5	50,1	27,8	-10,2	-0,7
dos quais:				0,0				
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.382,3	732,8	695,7	53,6	50,3	32,7	-5,1	-0,3
Despesa de Capital	31,8	10,3	15,9	21,9	49,9	-0,4	53,5	0,0
PIDDAC	6,2	0,8	0,7	11,2	10,6	-63,6	-19,6	0,0
Outras	25,5	9,5	15,2	24,8	59,5	17,3	59,8	0,0
				0,0				
Despesa efetiva	24.077,4	13.325,9	13.734,8	56,3	57,0	-0,1	3,1	3,1
Saldo global	62,9	302,4	139,6					
<i>Por memória:</i>								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-786,3	356,7	316,0					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	849,2	724,4	-42,2					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Notas:

Os valores relativos ao ano anterior foram objecto de ajustamento à informação divulgada na Síntese de Execução Orçamental deste ano, em virtude de operações de consolidação anual e revisão de elementos em sede de encerramento de contas.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Administração Regional

Execução Orçamental da Administração Regional													€ Milhões			
	R. Autónoma dos Açores				VH (%)	R. Autónoma da Madeira				VH (%)	Administração Regional					
	Ano		julho			Ano		julho			Ano		julho			
	2011	2011	2012	2012		2011	2011	2012	2012		2011	2011	2012	2012		
Receita corrente	714,6	450,4	394,1	394,1	-12,5	1.015,9	565,0	491,8	491,8	-13,0	1.730,5	1.015,4	885,8	-12,8		
Impostos diretos	192,1	93,3	75,0	75,0	-19,6	258,8	108,9	112,1	112,1	2,9	450,9	202,2	187,1	-7,5		
dos quais:																
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	145,9	65,9	58,6	58,6	-11,1	183,0	71,9	73,6	73,6	2,4	328,9	137,8	132,2	-4,1		
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	46,1	27,4	16,5	16,5	-39,8	72,0	37,0	38,4	38,4	3,8	118,1	64,4	54,9	-14,8		
Impostos indiretos	309,8	175,9	149,2	149,2	-15,2	408,4	216,8	208,0	208,0	-4,1	718,1	392,8	357,2	-9,1		
dos quais:																
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	193,0	109,5	94,6	94,6	-13,6	266,7	147,0	144,5	144,5	-1,7	459,8	256,5	239,2	-6,7		
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,8	2,8	2,2	2,2	-21,4	6,3	3,6	3,0	3,0	-16,7	11,1	6,4	5,2	-18,8		
Taxas, Multas e Outras Penalidades	18,5	10,2	10,5	10,5	2,9	24,9	13,0	15,7	15,7	20,8	43,4	23,1	26,2	13,4		
Rendimentos da Propriedade	2,6	1,9	0,0	0,0	-100,0	4,3	2,2	6,3	6,3	186,4	6,9	4,1	6,3	53,7		
Transferências Correntes	167,1	155,2	146,5	146,5	-5,6	285,7	212,5	125,2	125,2	-41,1	452,7	367,6	271,8	-26,1		
Administração Central - Estado	146,0	146,0	139,0	139,0	-4,8	242,2	189,5	107,6	107,6	-43,2	388,2	335,5	246,6	-26,5		
Outros subsectores das AP	13,1	7,3	5,3	5,3	-27,4	16,0	8,1	7,7	7,7	-4,9	29,1	15,4	13,1	-14,9		
Resto do mundo	7,4	1,8	2,2	2,2	22,2	27,4	14,6	9,8	9,8	-32,9	34,8	16,4	12,0	-26,8		
Outras transferências	0,6	0,1	0,0	0,0	-100,0	0,0	0,3	0,1	0,1	-66,7	0,7	0,4	0,1	-75,0		
Venda de bens e serviços correntes	15,3	9,0	9,4	9,4	4,4	9,4	6,0	8,4	8,4	40,0	24,7	14,9	17,8	19,5		
Reposições não abatidas nos pagamentos	2,3	1,7	0,8	0,8	-52,9	1,0	0,7	0,4	0,4	-42,9	3,3	2,4	1,2	-50,0		
Outras receitas correntes	2,2	0,5	0,4	0,4	-20,0	17,2	1,4	12,6	12,6	800,0	19,4	1,9	13,1	589,5		
Receita de capital	318,7	148,3	160,2	160,2	8,0	65,1	39,1	57,9	57,9	48,1	383,8	187,4	218,1	16,4		
Venda de Bens de Investimento	0,3	0,2	0,0	0,0	-100,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,5	0,2	0,2	0,0		
Transferências de Capital	318,2	148,0	159,9	159,9	8,0	64,7	38,9	57,8	57,8	48,6	383,0	186,9	217,7	16,5		
Administração Central - Estado	206,2	117,1	105,8	105,8	-9,6	8,5	6,3	29,2	29,2	363,5	214,7	123,3	134,9	9,4		
Outros subsectores das AP	0,4	0,0	2,9	2,9	0,0	4,6	0,2	1,4	1,4	600,0	4,9	0,2	4,4	2.100,0		
Resto do mundo	111,6	30,9	51,0	51,0	65,0	51,6	32,3	27,1	27,1	-16,1	163,2	63,2	78,1	23,6		
Outras transferências	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,3	200,0		
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,3	0,3	200,0	0,3	0,2	0,0	0,0	-100,0	0,3	0,3	0,3	0,0		
Receita Efetiva	1.033,3	598,7	554,3	554,3	-7,4	1.081,0	604,1	549,7	549,7	-9,0	2.114,3	1.202,9	1.104,0	-8,2		
Despesa Corrente	860,2	458,8	427,6	427,6	-6,8	945,4	536,4	615,0	615,0	14,7	1.805,5	995,2	1.042,7	4,8		
Despesas com o pessoal	375,9	214,3	185,3	185,3	-13,5	390,0	223,4	196,6	196,6	-12,0	766,0	437,6	381,9	-12,7		
Aquisição de bens e serviços	167,6	69,0	58,0	58,0	-15,9	179,8	106,2	172,2	172,2	62,1	347,4	175,2	230,2	31,4		
Juros e outros encargos	13,6	7,0	8,8	8,8	25,7	43,1	27,9	44,9	44,9	60,9	56,7	34,9	53,7	53,9		
Transferências	242,1	139,6	150,7	150,7	8,0	287,5	155,9	177,8	177,8	14,0	529,6	295,5	328,6	11,2		
Subsectores das AP	7,3	12,0	0,6	0,6	-95,0	0,5	0,2	0,2	0,2	0,0	7,8	12,2	0,8	-93,4		
Outras transferências	234,8	127,5	150,1	150,1	17,7	287,0	155,7	177,6	177,6	14,1	521,8	283,2	327,7	15,7		
Subsídios	47,3	21,9	17,7	17,7	-19,2	25,4	12,1	9,7	9,7	-19,8	72,7	34,0	27,4	-19,4		
Outras despesas correntes	13,6	7,1	7,1	7,1	0,0	19,6	11,0	13,8	13,8	25,5	33,1	18,0	20,9	16,1		
Despesa de Capital	196,3	93,6	74,4	74,4	-20,5	124,8	86,0	49,8	49,8	-42,1	321,1	179,6	124,2	-30,8		
Aquisição de bens de capital	88,5	33,7	21,8	21,8	-35,3	94,6	68,5	25,4	25,4	-62,9	183,1	102,2	47,3	-53,7		
Transferências	107,4	59,6	52,3	52,3	-12,2	30,2	17,6	24,4	24,4	38,6	137,6	77,2	76,7	-0,6		
Subsectores das AP	14,1	5,8	6,1	6,1	5,2	5,0	3,3	4,0	4,0	21,2	19,1	9,1	10,1	11,0		
Outras transferências	93,3	53,9	46,3	46,3	-14,1	25,2	14,2	20,4	20,4	43,7	118,5	68,1	66,6	-2,2		
Outras despesas de capital	0,4	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2	0,2	0,0		
Despesa efetiva	1.056,4	552,3	502,0	502,0	-9,1	1.070,2	622,5	664,9	664,9	6,8	2.126,6	1.174,8	1.166,9	-0,7		
Saldo global	-23,2	46,4	52,3	52,3		10,9	-18,3	-115,2	-115,2		-12,3	28,1	-62,9			
Por memória:																
Despesa primária	1.042,9	545,3	493,2	493,2	-9,6	1.027,0	594,5	620,0	620,0	4,3	2.069,9	1.139,9	1.113,2	-2,3		
Saldo primário	-9,6	53,4	61,1	61,1		54,0	9,6	-70,3	-70,3		44,4	63,0	-9,2			
Saldo corrente	-145,6	-8,3	-33,6	-33,6		70,6	28,6	-123,3	-123,3		-75,0	20,2	-156,8			
Saldo de capital	122,4	54,7	85,8	85,8		-59,7	-46,9	8,1	8,1		62,7	7,8	93,9			
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,6	0,4	0,4	0,4		7,4	4,6	203,4	203,4		8,0	5,1	203,8			
dos quais Receitas de:																
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0			
Outros Ativos	-0,6	-0,6	-0,1	-0,1		-1,5	-0,9	-0,5	-0,5		-2,0	-1,5	-0,6			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	23,0	0,0	0,2	0,2		5,6	-5,5	424,6	424,6		28,6	-5,5	424,8			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-0,7	45,9	52,1	52,1		9,1	-28,4	106,0	106,0		8,4	17,5	158,1			

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a julho)							€ Milhões
	Ano	Universo Real		Universo Comparável		Var. Abs.	(%)
		2012		2012			
	2011	jun	jul	jun	jul		
Receita corrente	5.658,0	2.674,4	2.367,9	2.054,0	2.356,8	302,8	14,7
Impostos diretos	2.113,8	1.024,8	851,7	779,8	846,1	66,2	
Imposto Municipal sobre Transmissões	502,3	213,0	188,9	163,7	187,4	23,7	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.167,4	671,3	534,3	508,9	530,9	22,0	
Imposto Municipal sobre Veículos	183,9	101,6	88,6	75,1	88,0	12,9	
Derrama	251,8	37,5	38,7	31,4	38,7	7,2	
Outros	8,4	1,5	1,1	0,8	1,1	0,4	
Impostos indiretos	133,4	73,5	64,9	55,7	64,7	9,0	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	234,0	98,2	94,9	81,6	94,6	13,1	
Rendimentos da Propriedade	259,0	105,5	115,3	84,6	114,4	29,9	
Transferências Correntes	2.137,3	1.008,0	895,0	767,9	891,4	123,5	
Lei das Finanças Locais	1.661,8	776,6	704,3	600,7	701,6	100,9	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.131,8	516,3	471,8	402,4	470,2	67,8	
Fundo Social Municipal	153,5	69,0	63,4	53,9	63,0	9,1	
Participação IRS	376,5	191,3	169,1	144,5	168,5	24,1	
Outros subsectores das AP	422,0	204,0	166,1	146,8	165,3	18,5	
Resto do mundo	23,4	10,8	9,9	8,0	9,8	1,8	
Outras transferências	30,1	16,7	14,7	12,4	14,7	2,3	
Venda de bens e serviços correntes	704,6	328,9	319,3	260,9	318,8	58,0	
Reposições não abatidas nos pagamentos	13,2	5,1	4,5	4,0	4,5	0,6	
Outras receitas correntes	62,8	30,2	22,2	19,6	22,2	2,6	
Receita de capital	1.623,6	673,1	642,4	522,8	640,0	117,3	22,4
Venda de Bens de Investimento	84,2	19,8	30,0	15,9	29,9	14,0	
Transferências de Capital	1.521,9	643,1	604,5	499,4	602,2	102,8	
Lei das Finanças Locais	733,2	332,5	305,0	259,4	303,9	44,5	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	733,2	332,5	305,0	259,4	303,9	44,5	
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros subsectores das AP	97,8	34,3	37,9	30,5	37,9	7,4	
Resto do mundo	676,1	270,3	252,9	204,8	251,7	46,9	
Outras transferências	14,8	6,0	8,7	4,8	8,7	3,9	
Outras receitas de capital	17,6	10,2	7,9	7,4	7,9	0,5	
Receita Efetiva	7.281,7	3.347,5	3.010,3	2.576,8	2.996,8	420,0	16,3
Despesa Corrente	5.030,7	2.245,0	2.029,6	1.714,0	2.021,0	307,0	17,9
Despesas com o pessoal	2.363,7	1.027,3	937,8	801,9	935,1	133,2	
Aquisição de bens e serviços	1.789,3	838,4	747,0	625,9	742,5	116,6	
Juros e outros encargos	141,2	62,3	63,4	51,0	63,2	12,2	
Transferências	477,8	205,0	175,0	146,7	174,1	27,4	
Subsectores das AP	219,4	90,9	79,7	66,7	79,4	12,7	
Outras transferências	258,3	114,0	95,2	80,0	94,7	14,7	
Subsídios	163,5	66,9	66,9	55,5	66,9	11,4	
Outras despesas correntes	95,4	45,1	39,6	33,0	39,3	6,3	
Despesa de Capital	2.041,6	814,2	749,2	619,0	747,0	127,9	20,7
Aquisição de bens de capital	1.669,5	682,9	621,5	519,5	619,7	100,3	
Transferências	335,0	121,9	109,0	90,8	108,6	17,7	
Subsectores das AP	145,3	55,0	46,3	39,7	46,1	6,4	
Outras transferências	189,7	66,9	62,7	51,1	62,5	11,4	
Outras despesas de capital	37,0	9,3	18,6	8,7	18,6	10,0	
Despesa efetiva	7.072,3	3.059,2	2.778,8	2.333,1	2.768,0	435,0	18,6
Saldo global	209,4	288,3	231,5	243,7	228,8	-14,9	
Por memória:							
Despesa primária	6.931,2	2.996,9	2.715,4	2.282,0	2.704,8	422,8	
Saldo primário	350,5	350,6	294,9	294,8	292,0	-2,7	
Saldo corrente	627,3	429,4	338,3	340,0	335,7	-4,2	
Saldo de capital	-417,9	-141,1	-106,8	-96,3	-106,9	-10,7	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	15,9	5,2	3,2	3,6	3,2	-0,4	
dos quais Receitas de:							
Alienação de partes de Capital	-1,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	-13,1	-9,8	-10,9	-9,1	-10,9	-1,8	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-140,7	-90,1	-124,6	-81,7	-124,1	-42,4	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	52,8	193,0	103,7	158,5	101,6	-56,9	
Taxa de comparticip. financiam. comunitário	40,5%	39,6%	40,7%	39,4%	40,6%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

Universo completo: 308 Municípios

2011 (Univ. Real)

jan-dez (Ano): 308 Mun.

jan-jul: 308 Mun.

2012 (Univ. Real)

julho: 241 Mun; Faltosos:

- Águeda - Albufeira - Alcácer do Sal - Alenquer - Alijó - Aljustrel - Alvaiázere - Amadora - Angra do Heroísmo - Arruda dos Vinhos - Azambuja - Braga - Cadaval - Calheta (São Jorge) - Cartaxo - Cascais - Castelo Branco - Chaves - Covilhã - Entroncamento - Estarreja - Faro - Grândola - Idanha-a-Nova - Loures - Lousã - Mação - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mira - Moimenta da Beira - Moita - Monforte - Montemor-o-Novo - Montemor-o-Velho - Mortágua - Mourão - Nelas - Oeiras - Oleiros - Ourém - Paços de Ferreira - Pedrógão Grande - Penafiel - Penela - Peso da Régua - Porto de Mós - Póvoa de Lanhoso - Redondo - Santa Cruz - Santa Maria da Feira - Santarém - Santo Tirso - Sardoal - Serpa - Sever do Vouga - Sines - Tábua - Tondela - Torres Novas - Valença - Valpaços - Viana do Castelo - Vieira do Minho - Vila de Rei - Vila Verde - Vizela

jun: 302 Mun; Faltosos:

Alenquer - Calheta (São Jorge) - Estarreja - Montemor-o-Novo - Paços de Ferreira - Penafiel

2012 (Univ. Comparável)

julho: 240 Mun; Faltosos:

- Águeda - Albufeira - Alcácer do Sal - Alenquer - Alijó - Aljustrel - Alvaiázere - Amadora - Angra do Heroísmo - Arruda dos Vinhos - Azambuja - Braga - Cadaval - Caldas da Rainha - Calheta (São Jorge) - Cartaxo - Cascais - Castelo Branco - Chaves - Covilhã - Entroncamento - Estarreja - Faro - Grândola - Idanha-a-Nova - Loures - Lousã - Mação - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mira - Moimenta da Beira - Moita - Monforte - Montemor-o-Novo - Montemor-o-Velho - Mortágua - Mourão - Nelas - Oeiras - Oleiros - Ourém - Paços de Ferreira - Pedrógão Grande - Penafiel - Penela - Peso da Régua - Porto de Mós - Póvoa de Lanhoso - Redondo - Santa Cruz - Santa Maria da Feira - Santarém - Santo Tirso - Sardoal - Serpa - Sever do Vouga - Sines - Tábua - Tondela - Torres Novas - Valença - Valpaços - Viana do Castelo - Vieira do Minho - Vila de Rei - Vila Verde - Vizela

Dívida não Financeira da Administração Pública

Contas a Pagar, da Administração Central, em final de julho de 2012

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	1	4	4	1	5	0	4	4	0	4
Presidência do Conselho de Ministros	36	60	96	0	97	-8	56	48	0	48
Finanças	3	3	6	2	7	1	-110	-109	1	-107
Negócios Estrangeiros	4	0	4	0	4	0	-39	-39	0	-39
Defesa Nacional	46	4	49	5	54	26	3	29	5	34
Administração Interna	40	1	41	0	41	28	-1	27	0	28
Justiça	47	16	63	0	63	-11	-1	-11	-1	-13
Economia e Emprego	119	141	260	11	271	-61	59	-3	10	7
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	20	75	94	4	98	-8	-46	-54	1	-53
Saúde	18	0	18	0	19	17	0	18	0	18
Educação e Ciência	84	41	125	13	138	-73	30	-43	6	-36
Solidariedade e Segurança Social	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1
TOTAL	418	344	762	36	798	-87	-44	-131	22	-109

Nota: valores provisórios. Definições de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Os dados incluem as empresas públicas reclassificadas da Adm. Central

Fonte: Ministério das Finanças

Contas a Pagar a Entidades fora das AP (Stock no final do período)

€ Milhões

Subsector	2012						
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho
Administração Central	894	1031	972	1058	736	945	762
Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
Administração Regional	2.124	2.136	2.197	2.167	2.044	2.102	2.095

Notas:

Valores para a Administração Central revistos por incorporação de informação anteriormente não reportada.

Valores para a Administração Local relativos a 2012 não disponíveis.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	2011	2012						
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho provisório
Administrações Públicas								
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	162	190	204	191	179	135	155	134
Subsector da Saúde	214	219	194	152	185	202	216	-
Entidades públicas reclassificadas	58	51	50	45	46	61	48	-
Administração Local	1.617	1.661	1.685	1.706	1.724	1.623	1.584	1.537
Administração Regional	1.128	1.185	1.215	1.287	1.320	1.261	1.319	1.304
Total	3.179	3.306	3.347	3.381	3.454	3.281	3.321	-
Total consolidado	3.059	3.192	3.231	3.262	3.337	3.174	3.218	-
Outras Entidades								
Empresas públicas não reclassificadas	20	11	18	19	26	32	34	-
Hospitais EPE	1.616	1.695	1.697	1.856	1.948	1.996	1.877	-
Administrações Públicas e outras entidades - Total	4.695	4.897	4.946	5.137	5.310	5.201	5.130	

Notas: Conceito de acordo com a definição da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro a julho)

€ Milhões

	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	Contrib. VH
	Objetivo 2012 O.Rectificativo	Execução		Grau de Execução (%)		VH (%)		(pp)
Receita corrente	7.838,7	4.850,1	4.738,1	55,2	60,4	-3,6	-2,3	-2,1
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	3.464,3	2.207,1	1.959,2	53,3	56,6	-7,5	-11,2	-4,6
Quotas e contribuições para a CGA	2.900,5	1.886,6	1.670,7	56,0	57,6	-4,3	-11,4	-4,0
Compensação por pagamento de pensões	560,9	320,5	288,5	41,2	51,4	-23,0	-10,0	-3,5
Subsectores das Administrações Públicas	509,2	293,2	276,1	53,7	54,2	0,5	-5,8	-0,3
Outras entidades	51,7	27,2	12,4	11,8	23,9	-78,1	-54,6	-0,3
Transferências Correntes	4.223,9	2.566,9	2.690,1	57,4	63,7	-0,7	4,8	2,3
Orçamento do Estado	4.216,9	2.561,9	2.682,4	57,5	63,6	-0,8	4,7	2,2
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.971,0	2.420,0	2.539,9	57,6	64,0	-0,4	5,0	2,2
Compensação por pagamento de pensões	245,9	141,9	142,5	56,7	58,0	-6,4	0,5	0,0
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	171,8	95,3	95,1	57,0	55,3	-2,2	-0,2	0,0
Subvenções vitalícias	7,9	4,5	3,7	58,8	47,2	-18,4	-17,6	0,0
Pensões de preço de sangue	28,9	18,4	17,2	58,0	59,6	-2,5	-6,2	0,0
Outras	37,3	23,7	26,5	54,0	71,0	-20,3	11,7	0,1
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outras transferências correntes	7,0	5,0	7,7	28,0	109,4	43,9	52,9	0,0
Outras receitas correntes	150,5	76,2	88,8	44,2	59,0	32,4	16,5	0,2
Receita de capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-9,1
Transferências de Capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-9,1
Outras entidades	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-9,1
Receita Efectiva	8.401,8	5.444,4	4.834,9	57,9	57,5	8,2	-11,2	-11,2
Despesa Corrente	8.019,3	4.983,9	4.633,5	57,1	57,8	3,5	-7,0	-6,8
Despesas com o pessoal	8,2	4,4	4,0	56,6	48,3	4,6	-9,1	0,0
Aquisição de bens e serviços	32,7	14,0	13,0	33,6	39,8	-3,2	-7,0	0,0
Juros e outros encargos	4,3	0,9	0,3	4,0	6,2	-74,3	-69,2	0,0
Transferências	7.970,8	4.963,6	4.615,6	57,3	57,9	3,5	-7,0	-6,8
Pensões e abonos da responsabilidade de:								
Caixa Geral de Aposentações	7.170,2	4.477,8	4.145,1	57,5	57,8	5,5	-7,4	-6,5
Orçamento do Estado	238,4	134,9	139,6	55,7	58,6	-2,4	3,5	0,1
Outras entidades	560,9	350,7	330,6	56,3	58,9	-15,3	-5,7	-0,4
Outras transferências correntes	1,3	0,2	0,3	13,6	26,8	20,6	97,4	-
Outras despesas correntes	3,3	1,1	0,7	48,8	22,3	86,4	-34,1	0,0
Despesa de Capital	0,0	144,2	0,0	-	-	-	-	-
Despesa efectiva	8.019,3	5.128,1	4.633,5	57,8	57,8	6,4	-9,6	-9,6
Saldo global	382,5	316,3	201,3					
Por memória:								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	382,5	507,4	71,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	-191,2	130,3					

Fonte: Ministério das Finanças

Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas		
2011												
julho	372.999	75.071	137.790	780	585.860	3,7	-0,5	1,0	-7,8	2,5	2.083,4	1,0
agosto	373.734	75.049	138.030	794	586.813	3,7	-0,5	1,2	1,9	2,5	1.071,3	0,9
setembro	374.535	75.050	137.955	795	587.540	3,7	-0,4	1,0	-14,6	2,5	1.078,1	1,8
outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4
2012												
janeiro	378.477	75.381	138.644	912	592.502	3,3	0,1	1,1	-3,3	2,3	1.074,8	1,9
fevereiro	379.557	75.384	138.827	1.065	593.768	3,3	0,2	1,2	6,8	2,4	1.080,9	1,6
março	380.009	75.439	139.183	1.072	594.631	3,2	0,2	1,4	4,3	2,4	1.083,2	1,7
abril	380.486	75.467	139.319	1.281	595.272	3,0	0,4	1,4	22,5	2,3	1.078,8	0,2
maio	381.329	75.435	139.536	1.070	596.300	2,9	0,4	1,5	15,3	2,2	1.078,8	0,6
junho	382.265	75.476	139.869	977	597.610	2,8	0,6	1,6	17,4	2,2	1.080,4	1,1
julho	383.153	75.502	140.055	849	598.710	2,7	0,6	1,6	8,8	2,2	1.269,3	-39,1

Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)	Subscritores	
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total				Número	VH (%)
2011											
julho	933	80	257	212	414	1.896	-3,0	1.188	0,3	571.391	-4,4
agosto	858	49	198	97	305	1.507	-14,3	1.307	-2,9	569.389	-4,5
setembro	902	59	238	139	259	1.597	7,0	1.399	10,4	565.374	-4,7
outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5	563.589	-4,7
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1	561.570	-4,7
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1	559.164	-4,6
2012											
janeiro	1.031	67	181	156	206	1.641	-34,3	1.483	9,1	556.738	-4,6
fevereiro	1.437	58	223	131	299	2.148	13,1	1.479	-3,4	555.064	-4,5
março	799	59	252	209	260	1.579	-7,0	1.312	-1,9	550.279	-5,0
abril	574	49	223	416	524	1.786	-22,5	1.179	2,9	548.983	-4,9
maio	570	56	205	437	613	1.881	-14,7	1.059	-5,1	547.338	-4,9
junho	680	82	259	308	625	1.954	1,3	1.024	-10,0	545.729	-4,8
julho	556	59	549	315	284	1.763	-7,0	1.125	-5,3	n.d	-

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Glossário

A

Ativos financeiros (receita) – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

Ativos financeiros (despesa) – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

Administrações Públicas – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

B

Bens e serviços correntes – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

C

Cativação (ou congelamento) - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

Contabilidade Pública (ótica da) - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Contribuição VH pp. - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

Despesa corrente primária - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsetores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

Restantes subsectores - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

Despesa primária - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa com pessoal – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Dotação corrigida – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado – (em sentido estrito) Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

Execução orçamental – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

Glossário

F

Financiamento Nacional – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

Fundo Social Europeu (FSE) – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

G

Grau de execução – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento retificativo

I

Impostos directos – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

Impostos indirectos – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

O

Outra despesa corrente – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

P

Padrão de segurança da despesa - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

Passivos financeiros (receita) - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

Passivos financeiros (despesa) - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

Programa orçamental – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

Q

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho do Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

R

Glossário

Receita consignada – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsetores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

Restantes subsectores - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

Receita própria – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

Remunerações certas e permanentes – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

Rubrica de classificação económica – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

S

Saldo Corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo Primário - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Saldo orçamental – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excecional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

T

Transferências correntes – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

Transferências de capital – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades recebedoras (vide Classificador Económico).

V

VH - Taxa de variação homóloga - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.